

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

CÁLIO LINARD DE ALBUQUERQUE

**A ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO DA GESTÃO DAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS:** um estudo na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão

São Luís

2023

CÁLIO LINARD DE ALBUQUERQUE

**A ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO DA GESTÃO DAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS:** um estudo na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Albuquerque, Cálío Linard de.

A acessibilidade no contexto da gestão das bibliotecas universitárias : um estudo na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão / Cálío Linard de Albuquerque. - 2023.

69 f.

Orientador(a): Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro.
Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Acessibilidade. 2. Acessibilidade em bibliotecas.
3. Bibliotecas universitárias. 4. Gestão em bibliotecas.
I. Ribeiro, Raimunda de Jesus Araújo. II. Título.

CÁLIO LINARD DE ALBUQUERQUE

A ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO DA GESTÃO DAS BIBLIOTECAS

UNIVERSITÁRIAS: um estudo na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro (Orientadora)
Doutora em Multimédia em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Isabel Cristina dos Santos Diniz
Doutora em Multimédia em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Joseana Costa Lemos
Bibliotecária da DIB
Mestra em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho ao meu Deus e à minha família, em especial, minha mãe e minha avó.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus primeiramente, pois nada sou sem Ele. A Ti meu Senhor e Salvador, toda honra e toda glória! Este trabalho não seria possível sem a Sua instrução e sabedoria dadas a mim. Agradeço por me capacitar e me iluminar para encarar esta jornada.

Agradeço à minha família, especialmente minha mãe Nadia Linard de Albuquerque e minha avó Maria dos Milagres da Silva Linard, pelas suas orações e pelas palavras de encorajamento e incentivo. Agradeço também ao meu irmão Cainan Linard de Albuquerque, por todo auxílio dado a mim nas horas em que precisei.

À Universidade Federal do Maranhão, pela oportunidade de realização do Curso de Biblioteconomia.

À minha orientadora Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro, pelas suas palavras de força, por me fazer acreditar mais em mim, e pelas suas valiosas instruções e ensinamentos na construção deste trabalho e no decorrer de toda minha vida acadêmica.

À banca examinadora deste trabalho, Professora Isabel Cristina dos Santos Diniz e Bibliotecária da DIB Joseana Costa Lemos, por todas as sugestões e contribuições que permitiram o aperfeiçoamento deste estudo.

À todos os professores do Departamento do Curso de Biblioteconomia, por todo conhecimento compartilhado durante minha vida acadêmica que possibilitou minha formação profissional.

Às gestoras da Diretoria Integrada de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão e aos discentes do Centro de Ciências Sociais, por disporem de um pouco de seu valioso tempo para responder a minha pesquisa.

À todos, meu muito obrigado!

A biblioteca universitária apresenta-se como um caminho para que a democratização da informação e a cidadania se efetive, colocando em prática o processo de inclusão e garantido o direito à educação para todos. (Stroparo, 2014, p. 176).

RESUMO

Este estudo consiste em visualizar a situação da gestão da acessibilidade na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão para constatar se a referida unidade de informação desfruta de um espaço inclusivo. Objetiva estudar acessibilidade no contexto da gestão das bibliotecas universitárias na Biblioteca Central da UFMA. Expõe um referencial teórico acerca de aspectos que perpassam a acessibilidade, como: definição do termo, dimensões da acessibilidade, aspectos históricos, nomenclatura correta da expressão ‘pessoa com deficiência’, subdivisões das deficiências e principais marcos legais que dispõem de avanços, regras e padrões com relação ao vocábulo. Discorre também sobre bibliotecas universitárias, aspectos de gestão em bibliotecas, bem como é feita a contextualização entre gestão em bibliotecas universitárias e acessibilidade no que concerne às pessoas com deficiência. Adotou-se como metodologia, a pesquisa bibliográfica, para levantamento e aprofundamento teórico acerca da temática; e a pesquisa de campo, com as gestoras tanto da Biblioteca, quanto do setor de acessibilidade, além dos discentes com deficiência do CCSO. Descreve os resultados obtidos através da pesquisa aplicada com o público-alvo. Conclui que a Biblioteca apesar de certos avanços, ainda não se encontra plenamente acessível às pessoas com deficiência que buscam utilizar seu espaço.

Palavras-chave: acessibilidade; bibliotecas universitárias; acessibilidade em bibliotecas; gestão em bibliotecas; pessoas com deficiência.

ABSTRACT

This study consists of visualizing the Maranhão's Federal University Central Library accessibility management situation, to ascertain if the referred informational unity has a inclusive space. Objectives study accessibility in the context of UFMA's Central Library university libraries management. Exposes a theoretical referential about the aspects wich refer to accessibility, as: term definition, accessibility dimensions, correct naming of the expression 'person with disability', disabilities subdivisions, and the main legal milestones wich have advances, rules and standards in relation to the vocable. Discourses also about the university libraries, libraries management aspects, as well as how the contextualization between university libraries and accessibility in relation to people with disability is made. As methodology, the bibliographic research was adopted for research and theoretical deepening about the theme, and the field research with the library's managers, the accessibility department and the students with disability of CCSO. Describes the results obtained through survey applied to the target public. Concludes that the Library, despite some advancements, still isn't widely accessible to people with disabilities wich want to use it's space.

Keywords: accessibility; university libraries; accessibility on libraries; library management; people with disability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	28
Figura 2 – Largura adequada entre as estantes de livros.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados relativos ao perfil dos respondentes e frequência à Biblioteca Central.....	51
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IES	Instituições de Ensino Superior
BUs	Bibliotecas Universitárias
NBR	Norma Brasileira
AIPD	Ano Internacional das Pessoas Deficientes
ONU	Organização das Nações Unidas
TA	Tecnologia Assistiva
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
MP3	Mpeg Layer 3
CDs	Compact Disc
DVDs	Digital Versatile Disc
NVDA	NonVisual Desktop Access
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
DACES	Diretoria de Acessibilidade
CCSO	Centro de Ciências Sociais
PCDs	Pessoas com deficiência

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PANORAMA TEÓRICO ACERCA DA ACESSIBILIDADE.....	18
3	GESTÃO E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: breve contextualização.....	30
3.1	Gestão acessível em bibliotecas universitárias.....	34
4	METODOLOGIA.....	42
4.1	Breve caracterização da Biblioteca Central da UFMA.....	44
5	RESULTADOS OBTIDOS.....	45
5.1	Gestoras: Concepção da gestão acessível da Biblioteca Central.....	45
5.2	Estudantes com deficiência: Concepção da gestão acessível da Biblioteca Central.....	50
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS.....	59
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS GESTORAS.....	67
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS DISCENTES.....	68

1 INTRODUÇÃO

Segundo Brasil (2008), todo indivíduo é singular e único, precisando expor suas habilidades e o seu saber à sociedade; o que irá promover desta forma, uma troca de conhecimentos e aperfeiçoamento de todos os envolvidos. E como forma de promover esta troca, é preciso que se pense nos direitos humanos, democracia e acessibilidade, já que “[...] representam o respeito e a valorização da diversidade humana, como instrumento de bem-estar e de desenvolvimento inclusivo.” (Brasil, 2008, p. 12).

Com a valorização e consciência da importância desse aspecto inclusivo e da diversidade:

[...] o termo acessibilidade tem sido utilizado para garantir que todas as pessoas tenham acesso a todas as áreas de seu convívio. Estas áreas estão relacionadas aos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, sistemas e meios de comunicação e informação. Desta forma, espera-se que haja uma preparação e uma resposta às necessidades especiais que esta diversidade pode apresentar nestas áreas. (Corrêa, 2009, p. 171).

Além disso, os marcos legais são importantes e fundamentais ferramentas a serem utilizadas nessa questão, pois segundo Brasil (2008), representam um caminho que possibilita a garantia de uma sociedade mais igualitária; ademais, já que este, se trata de um assunto relativamente novo, o acesso pleno também depende de mudanças culturais, portanto, “[...] as decisões governamentais, as políticas públicas e os programas são indispensáveis para impulsionar uma nova atitude de pensar e de agir.” (Brasil, 2008, p. 12). E como um assunto que não depende apenas de mudança de visão e atitude da sociedade de uma forma geral, cabe às organizações de direito e ao Estado pensarem e promoverem transformações efetivas para a promoção da acessibilidade, assim como, fiscalizarem o que já se tem na legislação a respeito disso e atuarem para constante aperfeiçoamento, visto que “possibilitar igualdade de oportunidades para todo cidadão é dever do estado e cada um de nós deve fazer a sua parte para que isto seja cumprido [...].” (Brasil, 2008, p. 12).

A universidade enquanto um espaço, de acordo com Costa (2015, p. 32), “[...] onde há criação, transferência e aplicação de conhecimentos e onde ocorre a formação e capacitação de indivíduos, possuindo, assim, um importante papel na sociedade”, deve se preocupar com a democratização acessível e inclusiva dos conhecimentos, já que se trata de um espaço aberto a todos sendo, portanto, democrático no que tange à disponibilização de seus serviços.

A partir do momento em que as pessoas com deficiência estão presentes nas instituições de ensino superior, cabe às instituições estarem adaptadas para receberem esta demanda e disponibilizar alternativas para os desafios encontrados na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. (Costa, 2015, p. 33).

Dessa forma, as universidades seriam espaços abertos às singularidades de cada um, garantindo o pertencimento de todos os indivíduos, além de oferecerem uma educação inclusiva e de qualidade. Pensar uma universidade acessível, segundo Costa (2015, p. 33) na qual “[...] acolhe, respeita e, principalmente, valoriza as diferenças e a diversidade como possibilidades de crescimento do indivíduo e sua inserção no mercado de trabalho”, é essencial.

As bibliotecas universitárias, pertencentes aos espaços universitários e importantes ambientes de acesso à informação, principalmente aos estudantes universitários, também devem pensar e fomentar medidas para que seus espaços sejam acessíveis e inclusivos, já que o conhecimento precisa chegar a todos, assim “as bibliotecas universitárias devem apoiar os alunos na busca da informação, para que possam desfrutar desse direito com liberdade e confiança.” (Stroparo, 2014, p. 15).

Para tanto, é preciso que as bibliotecas universitárias visualizem o que diz Costa (2015, p. 35), com relação ao que “[...] precisam ter em termos de espaço, tecnologias e serviços de acordo com cada deficiência, a fim de que se tenha o conhecimento do que é preciso disponibilizar aos usuários reais e potenciais da biblioteca universitária.” Além dos usuários com deficiência frequentadores desses espaços, é primordial pensar também nos usuários que podem vir a frequentar os mesmos, desse modo cabe a reflexão de que “se os usuários com deficiência não estão presentes nos espaços das bibliotecas universitárias, este grupo se insere na categoria de usuários potenciais e deve-se investigar qual a razão ou motivo de não estarem utilizando seus produtos e serviços.” (Costa, 2015, p. 35). Além disso, é essencial que o bibliotecário esteja preparado para atender todos que adentram a biblioteca, dessa forma, a educação continuada torna-se uma importante aliada nesse processo. (Amaral, 2015).

Assim, torna-se um desafio pensar e fomentar medidas para que haja a inclusão nas bibliotecas, de modo que todas as pessoas possam ter reais possibilidades de utilização da informação nesses espaços; contudo, é algo que estas unidades de informação e os bibliotecários atuantes nelas devem enfrentar para ambientes de fato acessíveis, já que “a presença de alunos com deficiência no ambiente acadêmico é um desafio a ser enfrentado pelas instituições de ensino superior (IES), e um desafio também para as bibliotecas e para os bibliotecários que realizam a gestão destes espaços [...]”. (Costa, 2015, p. 44).

Desse modo, uma reflexão profunda sobre a disponibilização adequada dos produtos, serviços, atividades e recursos das bibliotecas universitárias pensando-se também nas pessoas com deficiência, é fundamental; já que partindo-se do entendimento, segundo Silva; Schons e Rados (2006), da biblioteca ser um sistema complexo, é preciso que haja uma gestão que propicie a melhor forma possível de gerenciamento de sua estrutura funcional. E mais ainda, de

acordo com Costa (2015, p. 47), “na gestão e planejamento de novos serviços da biblioteca universitária, deve-se pensar nesse tipo de usuário que, como qualquer outro, tem o direito de acesso aos serviços prestados”, para se ter uma biblioteca universitária mais acessível e inclusiva. Portanto, os bibliotecários devem buscar em suas práticas administrativas meios de promoção da acessibilidade no contexto de sua gestão, pois “inseridas neste contexto, as bibliotecas universitárias também devem cumprir seu papel, eliminando barreiras para promover a acessibilidade de maneira plena.” (Pereira et al, 2020, p. 2).

Posto isto, a relevância do estudo sobre acessibilidade e o contexto de sua gestão na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, se deu nos limites da pesquisa, como uma forma de incentivar reflexões e debates sobre a questão da acessibilidade e inclusão nas bibliotecas já que este, é um importante espaço de disseminação da informação, e esta informação só alcançará também as pessoas com deficiência quando a mesma estiver plenamente acessível. Além disso, verificou-se como tem sido realizada a gestão da acessibilidade na Biblioteca Central e de que expedientes a unidade de informação tem utilizado de modo a ser um ambiente cada vez mais acolhedor e acessível, e conseqüentemente inclusivo. O tema foi despertado na disciplina Seminários de Monografia, em uma aula onde a apresentação de possíveis temáticas foi o foco principal. A partir de então, houve curiosidade em se estudar mais sobre o assunto e escolheu-se a Biblioteca Central como instituição a ser praticada a pesquisa por esta ser um agente crucial na produção e disseminação do conhecimento dentro da UFMA.

Assim, surgiu a seguinte problemática: Como a Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão tem realizado a sua gestão no âmbito da acessibilidade, pensando-se em proporcionar um espaço inclusivo às pessoas com deficiência? Para tanto, partiu-se do seguinte objetivo geral para a investigação: Estudar acessibilidade no contexto da gestão das bibliotecas universitárias na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão. E dos seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar a acessibilidade como prática de gestão em bibliotecas universitárias;
- b) Identificar as ações realizadas na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão sobre suas práticas de gestão da acessibilidade;
- c) Apresentar as práticas de gestão da acessibilidade no espaço da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão.

O trabalho encontra-se com a seguinte estrutura: este capítulo expõe a contextualização da temática, a problemática levantada, os objetivos da pesquisa e a sua relevância/justificativa;

no capítulo 2, levanta-se aspectos importantes que perpassam a acessibilidade, tais como: definição do termo, as dimensões da acessibilidade, nomenclatura correta acerca do termo “pessoa com deficiência” assim como as divisões das deficiências, perspectivas históricas relacionadas ao termo como o modelo médico e social da deficiência, e principais marcos legais que versam sobre o termo; no capítulo 3, aborda-se sobre as bibliotecas universitárias, bem como gestão em bibliotecas e a sua importância para esses espaços, além da contextualização feita entre acessibilidade e a gestão de bibliotecas universitárias; no capítulo 4, tem-se todo o percurso metodológico de construção deste trabalho; no capítulo 5, são apresentados os resultados da pesquisa; e por fim, no capítulo posterior, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 PANORAMA TEÓRICO ACERCA DA ACESSIBILIDADE

A acessibilidade é um termo que nas últimas décadas tem ganhado atenção e por causa disso, muitas discussões e debates têm sido levantados sobre o assunto, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, mas que ainda necessita de mais pesquisas dada a sua amplitude dimensional, como afirma Ferreira (2018, p. 19) ao dizer que a “acessibilidade é um conceito ainda pouco explorado e difundido, dada a sua evidente relevância, mas que vem ganhando visibilidade nas últimas décadas”. Com isso, observa-se a investigação que vem sendo feita sobre o tema, principalmente no meio acadêmico, para desmistificar por exemplo, alguns estereótipos ainda existentes na sociedade, como o fato da acessibilidade estar ligada somente aos aspectos físicos relacionados ao acesso da pessoa em cadeira de rodas, como as rampas. (Ferreira, 2018). As autoras Vasconcelos e Sonza (2017, p. 934) corroboram o pensamento da existência desse estereótipo, quando afirmam que a “[...] acessibilidade costuma ser associada apenas a questões físicas e arquitetônicas [...]”. Portanto, nota-se a existência de muitas barreiras que perpassam o assunto e o longo trajeto que precisa ser trilhado para que cada vez mais possa ganhar espaço, e assim, se ter uma maior consciência social com relação à sua importância.

A acessibilidade pode ser conceituada da seguinte forma:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Brasil, 2015, p. 2).

Neste conceito, observa-se a gama de informações que adentra a acessibilidade, revelando a complexidade do assunto e que apesar de envolver questões de cunho físico e arquitetônico, vai muito além disso, como também afirmam Vasconcelos e Sonza (2017, p. 934) ao mencionarem que a palavra “[...] expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão. É o direito de ir e vir de cada cidadão somado ao fato de tornar acessível todo e qualquer conteúdo, lugar e/ou produto”. Já a conceituação dada para “acessível” pela Norma Brasileira 9050, aproxima-se muito do conceito aplicado ao vocábulo “acessibilidade” pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: “espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa”. (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020, p. 2). Neste recorte, observa-se que as palavras “acionado”, “utilizado” e

“vivenciado” já denota à uma efetivação da acessibilidade, e isto é o que difere esta conceituação da que se aplicou para a palavra “acessibilidade” na Lei nº 13.146. Assim, nota-se a importância e imprescindibilidade da aplicação da acessibilidade na sociedade, pois ela permite uma garantia de equidade de oportunidades às pessoas com deficiência, possibilitando que todos os indivíduos realizem suas atividades e possam exercer sua cidadania, sem que para isso, de acordo com Miranda (2015, p. 57) “tenham que viver em um mundo paralelo, [...] mas convivendo no mundo real, com as devidas adequações, sem que isso lhes traga transtornos ou lhes impeçam de exercerem suas atividades diárias”.

E para esse exercício de cidadania e possibilidade real de suas atividades na sociedade, sem que isto possa ser impedido por qualquer obstáculo, Sasaki (2009) afirma a existência de seis dimensões que devem ser levadas em consideração para a eliminação de barreiras e o acesso pleno das pessoas com deficiência em diversos contextos:

Arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (Sasaki, 2009, p. 1-2).

Desse modo, observa-se a necessidade de se ter a acessibilidade em todos os seis cenários descritos por Sasaki (2009), pois se torna algo que facilita a vida das pessoas com deficiência através de mudanças na sociedade, principalmente através da acessibilidade atitudinal, que visa eliminar preconceitos e estereótipos, termos historicamente construídos e ainda bastante arraigados no corpo social em geral.

Os seis tipos de acessibilidade podem ser vistos na prática, por exemplo, na área do trabalho, onde Sasaki (2009) descreve diversos contextos e meios em que se observa sua atuação. No contexto da acessibilidade arquitetônica, o autor afirma que ela pode ser apreciada no “acesso fácil aos espaços físicos do local de trabalho, desde a entrada até as salas e oficinas de trabalho, sanitários adequados, meios de transporte acessível utilizados pelas empresas para seus funcionários.” (Sasaki, 2009, p. 2). Na dimensão da acessibilidade comunicacional:

Total acessibilidade nas relações interpessoais: face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital). (Sasaki, 2009, p. 3).

Já quando se trata do campo metodológico da acessibilidade, Sasaki (2009, p. 4) expõe que a “adequação dos métodos e técnicas de trabalho: treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, execução de tarefas, ergonomia, novo conceito de fluxograma,

empoderamento etc.” torna-se essencial para as pessoas com deficiência realizarem plenamente suas atividades no trabalho. E os instrumentos de trabalho também devem viabilizar acessibilidade às pessoas com deficiência, pois possibilitarão um manuseio pleno de seus utensílios; tratam-se de “ferramentas, máquinas, equipamentos, lápis, caneta, teclado de computador etc.” (Sasaki, 2009, p. 5). No âmbito da acessibilidade programática, ela deve ser contemplada nos marcos legais, sejam leis, decretos, regulamentos e outros tipos, onde muitas das vezes adentram-se barreiras que são dispostas por falta de reflexões sobre a inclusão de todos os indivíduos.

A acessibilidade atitudinal é outro importante contexto que possui um grande peso, já que é uma das formas de acessibilidade com maior influência na construção inclusiva de uma sociedade. (Matos, 2021). Ela diz respeito aos relacionamentos entre as pessoas e as pessoas com deficiência, onde muitas das vezes podem existir obstáculos de cunho preconceituoso, como corrobora Ponte e Silva (2015, p. 262) ao afirmarem que “[...] atitudes de exclusão e discriminação podem ser caracterizadas como barreiras”. Assim, é notório que esses entraves atitudinais dificultam o acesso e inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Alguns exemplos da acessibilidade atitudinal no ambiente de trabalho são descritos por Sasaki (2009, p. 6) e são a “Eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização dos trabalhadores em geral e da convivência na diversidade humana nos locais de trabalho.” Cabe citar também a acessibilidade natural, que se refere “à extinção de barreiras da própria natureza. Um cadeirante, por exemplo, terá dificuldades em se locomover em uma vegetação irregular, ou uma calçada repleta de árvores”. (Fundação Dorina Nowill, 2020). Desse modo, água, areia, uma árvore que se encontra em uma passagem, podem virar obstáculos para a pessoa com deficiência.

Observa-se também que os termos utilizados para nominar as pessoas com deficiência podem gerar atitudes de exclusão, contrariando a luta pela inclusão nos mais diversos âmbitos sociais. De acordo com Siqueira (2010, p. 14-15) “[...] as palavras são instrumentos importantes de luta política. A busca por novas denominações reflete a intenção de rompimento com as premissas de menos-valia que até então embasavam a visão sobre a deficiência”. Sabendo disso, ao longo dos anos, diversas palavras foram utilizadas para alcunhar as pessoas com deficiência, revelando as muitas e diferentes concepções que se teve sobre a deficiência até os dias de hoje. Termos como “inválidos”, “aleijados”, “incapazes” e “defeituosos” (Siqueira, 2010), foram muito empregados até a metade do século XX, onde percebe-se o valor errôneo de inutilidade atribuído às pessoas com deficiência nesta época. Essa percepção começou a mudar quando

houve uma organização no sentido de movimento social e político das pessoas com deficiência, que passaram a buscar termos que rompessem com esse olhar distorcido e negativo.

O primeiro passo nessa direção foi a expressão “pessoas deficientes”, que o movimento usou quando da sua organização no final da década de 1970 e início da década de 1980, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD). A inclusão do substantivo “pessoa” era uma forma de evitar a coisificação, se contrapondo à inferiorização e desvalorização associada aos termos pejorativos usados até então. (Siqueira, 2010, p. 15).

Em seguida, o termo “pessoas portadoras de deficiência” passou a ser utilizado pela Constituição Federal de 1988, assim como em outros marcos legais da época, empregando-se o mesmo para referir-se à deficiência como apenas um detalhe das pessoas. A partir de então, outros termos como “pessoas com necessidades especiais” e “portadores de necessidades especiais” também foram adotados no sentido de abrandar o peso da expressão. A reflexão que o movimento faz para o termo “portador”, está ligada ao fato de que a palavra denota a algo que se “porta”, aludindo à deficiência como não sendo parte do indivíduo e ao mesmo tempo salienta a deficiência em desfavor do cidadão. Já o termo “especial”, termina por remeter à um grupo específico, o que não condiz com a busca por igualdade e inclusão. (Siqueira, 2010).

“Pessoa com deficiência” passou a ser a expressão adotada contemporaneamente para designar esse grupo social. Em oposição à expressão “pessoa portadora”, “pessoa com deficiência” demonstra que a deficiência faz parte do corpo e, principalmente, humaniza a denominação. Ser “pessoa com deficiência” é, antes de tudo, ser pessoa humana. É também uma tentativa de diminuir o estigma causado pela deficiência. A expressão foi consagrada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006. (Siqueira, 2010, p. 15).

Há ainda, porém, expressões e termos utilizados equivocadamente pela sociedade para referir-se às pessoas com deficiência conforme Coutinho (2011). Por vezes, encontram-se os termos “excepcional” e “deficiente físico” que objetivam, segundo Siqueira (2010, p. 15) “[...] designar todo o coletivo das pessoas com deficiência. Esses equívocos são mais comuns na grande mídia.”

Buscar perceber as individualidades de cada pessoa com deficiência também se torna essencial na sociedade, pois cada deficiência possui sua particularidade, por isso o modo como cada uma interage com o meio no qual está inserida é distinto segundo Ferreira (2018). Esse pensamento é corroborado pelas autoras Russo e Pereira (2022, p. 4) quando anunciam que “[...] o reconhecimento da deficiência como uma diferença, entre tantas outras, também precisa ser compreendido pela identificação e respeito das demandas específicas que cada deficiência trás para cada indivíduo [...]”. Desse modo, ter informações específicas, assim como um entendimento claro a respeito de cada deficiência é imprescindível. De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015, p. 1).

A partir deste conceito, percebe-se que as deficiências se subdividem dentro destes grupos, sendo que os casos de caráter sensorial destes indivíduos referem-se às deficiências visual e auditiva. (Ferreira, 2018). À vista disso, o decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, apresenta de forma mais detalhada o que trata cada grupo especificamente:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; **b) deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; **c) deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; **d) deficiência mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. Comunicação; 2. Cuidado pessoal; 3. Habilidades sociais; 4. Utilização dos recursos da comunidade; 5. Saúde e segurança; 6. Habilidades acadêmicas; 7. Lazer; e 8. Trabalho; **e) deficiência múltipla** - associação de duas ou mais deficiências [...]. (Brasil, 2004, p. 1-2, grifo nosso).

Há também a pessoa com mobilidade reduzida, que segundo Brasil (2004), concerne na redução temporária ou permanente de sua mobilidade, acarretando em uma dificuldade nos movimentos. Além da deficiência monocular, que é “caracterizada quando a pessoa tem visão igual ou inferior a 20% em um dos olhos, enquanto no outro mantém visão normal.” (Portal Câmara dos Deputados, 2021). A pessoa com deficiência monocular possui dificuldades relacionadas à noções de profundidade, espaço e distância.

Desse modo, não é adequado afirmar que uma pessoa seja incapaz por ter deficiência, porque não se trata de uma doença, mas sim uma condição do indivíduo. Assim, a incapacidade diz respeito apenas a “[...] uma diferença em termos de atuação e interação do indivíduo. [...] uma criança surda é incapaz de ouvir. Ela pode estudar, trabalhar, se divertir, dançar e viver normalmente; ela apenas não ouve”. (Russo; Pereira, 2022, p. 5). A desvantagem por sua vez, relaciona-se a uma questão social; uma pessoa em cadeira de rodas pode deslocar-se com independência, já quando ela adentra um espaço em que não se encontra rampas, mas somente escadas, verifica-se essa situação de desvantagem que acarreta em uma barreira social. (Russo; Pereira, 2022). Nota-se, portanto, a necessidade de se promover uma conscientização social

sobre esses cenários de barreiras ainda existentes, para que mudanças significativas possam ser cada vez mais vistas e a inclusão social possa ser efetivada de fato.

Essa perspectiva distorcida e errada de correlacionar a deficiência à uma doença ou imperfeição, segundo Ferreira (2018), vem pelo denominado modelo médico da deficiência, que levantou consigo a ideia de integração social. Neste modelo, a pessoa com deficiência precisaria de reabilitação com a finalidade de “corrigir” sua deficiência para que talvez, pudesse alcançar a considerada “normalidade” e assim ser integrada à sociedade, como declara Russo e Pereira (2022, p. 3) “sendo assim, como meta para a reabilitação, é preciso se alcançar padrões de normalidade socialmente adotados, para que a pessoa com deficiência, depois de reabilitada, pudesse integrar-se perfeitamente à sociedade”. É possível observar que nesta concepção de integração social, os esforços têm que partir somente da pessoa com deficiência, sem que sejam necessárias mudanças na sociedade.

E se com o modelo médico e a integração social o esforço é unilateral, tendo que partir apenas da pessoa com deficiência, com a inclusão social baseada no modelo social da deficiência, o esforço é bilateral, ou seja, ele deve partir também da sociedade, que precisa propiciar verdadeiras mudanças em suas estruturas para que todos possam ser incluídos. Desse modo, deve haver parceria entre os cidadãos e a sociedade da qual fazem parte, buscando o respeito e também equiparar direitos. De acordo com Sasaki (2006), as iniciativas que visavam a promoção da inclusão social apareceram por volta do ano de 1987, e ainda segundo este autor, se fundamentam nas seguintes convicções: “a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação”. (Sasaki, 2006, p. 40). Com isso, percebe-se que a inclusão social despontou quando houve um despertar para a valorização da diversidade, “não se trata de preparar para integrar, mas de se incluir para transformar”. (Russo; Pereira, 2022, p. 4). Assim, é preciso que a sociedade se comprometa gradativamente mais com a inclusão social, pois só assim se chegará na chamada sociedade inclusiva, descrita por Sasaki (2006, p. 168), como uma sociedade que:

[...] vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

Uma sociedade inclusiva, como observado, se preocupa com seus cidadãos, garantindo que todos os âmbitos nela contidos sejam do alcance de todos. Por consequência, termos como “tecnologias assistivas” e “desenho universal”, foram pensados com o intuito de se ter uma sociedade mais igualitária. Desse modo, as tecnologias assistivas (TA), que tiveram um maior

impulso de estudos a partir da segunda metade do século XX, podem ser conceituadas como ferramentas na área tecnológica que desejam proporcionar maior autonomia às pessoas com deficiência em decorrência de possíveis obstáculos encontrados no espaço em que se encontram. (Ferreira, 2018). Essa conceituação é corroborada por Teixeira et al (2021, p. 243) quando afirmam que a (TA):

[...] é um campo interdisciplinar que envolve o estudo e desenvolvimento de ferramentas que contribuem para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, considerando as limitações impostas pelos ambientes nos quais estão inseridas, bem como suas necessidades individuais. Além disso, essas ferramentas são elementares no que diz respeito ao processo de inclusão destes cidadãos na sociedade.

Uma outra conceituação atribuída às tecnologias assistivas, diz que “são todas as tecnologias que visam contribuir com a independência e acessibilidade do indivíduo na prática de suas atividades.” (Ribeiro, 2021, p. 14). Observa-se desta maneira, que as tecnologias assistivas são uma das formas de se propiciar a inclusão social, reforçando a ideia de uma sociedade para todos. Ideia esta proposta também pelo denominado desenho universal, que diz respeito ao estabelecimento de parâmetros para que todos os cidadãos possam fazer uso de produtos, serviços e espaços, sejam internos ou externos, sem que haja a necessidade de se fazer adaptações específicas, promovendo assim, uma concepção baseada na diversidade humana. (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020).

O desenho universal se fundamenta em sete critérios, visando sempre a promoção de ambientes e ferramentas em que toda a sociedade possa usufruir, sendo eles: “[...] equiparação das possibilidades de uso, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, captação da informação, tolerância ao erro, mínimo esforço físico, dimensionamento de espaços para acesso, uso e interação de todos os usuários”. (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020, p. 4). Assim, nota-se que a proposta do desenho universal é também a de conceber uma sociedade inclusiva, de modo que todos os indivíduos, com todas as suas características, possam ter acesso a seus direitos e exercer plenamente sua cidadania.

E essa construção de uma sociedade inclusiva, envolve a questão das leis, decretos, estatutos e outros marcos legais, que ao longo dos anos foram surgindo para proporcionar também a inclusão social das pessoas com deficiência, que buscam direitos iguais, como enfatizam Rodrigues e Capellini (2014, p. 4) “a legislação tem sido apontada em diversos países como um elemento muito importante para a garantia dos direitos. Ademais contribui também para minimizar atitudes preconceituosas”. Nesse sentido, convenções, leis, bem como outras legislações, surgiram principalmente na segunda metade do século XX, para a promoção de direitos das pessoas com deficiência, ganhando grande impulso a partir da década de 1980, que foi considerada a década da pessoa com deficiência, onde segundo Rodrigues e Capellini (2014,

p. 7) “[...] várias ações foram implementadas, favorecendo a consolidação do novo paradigma de Educação Inclusiva que se iniciava”. Sendo assim, realizou-se em Salamanca no ano de 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, onde os países participantes discutiram diversas ações em prol dessa educação inclusiva, dando ênfase à questão da escolaridade por esta ser a base formadora de um pensamento mais inclusivo, através de mudanças comportamentais da sociedade. (Rodrigues; Capellini, 2014).

Em 1999, houve uma importante convenção na Guatemala, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, sendo seu objetivo central discutir sobre os direitos das pessoas com deficiência e que entre eles, está o de não sofrerem qualquer tipo de discriminação baseado em sua deficiência. Sendo considerado discriminação neste caso:

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (Brasil, 2001, p. 1).

Outra importante convenção em defesa dos indivíduos com deficiência, foi a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em 2006 na sede oficial da ONU, cidade de Nova York. Na ocasião, através da primeira declaração de direitos humanos do século XXI com foco nestas pessoas, buscou-se assegurar “[...] direitos como o da não discriminação, da educação, da acessibilidade e do trabalho, entre outros”. (Rodrigues; Capellini, 2014, p. 9). Ademais, foi nesta convenção que se passou a levar em consideração a inclusão social com o modelo social da deficiência, contrariamente à reabilitação do modelo médico.

É notório que as muitas legislações existentes, tanto à nível mundial, quanto à nível nacional, surgiram em decorrência de organizações internacionais objetivando a conquista destes direitos, como afirma Ferreira (2018, p. 24) “nos últimos anos, houve um crescimento dos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência [...], como uma consequência dos movimentos internacionais em prol [...] desse grupo populacional.” E quando se fala no contexto brasileiro, pode-se identificar alguns marcos legais que atuam para se ter na prática os direitos destes indivíduos nos mais diversos ambientes e âmbitos, como a NBR 9050, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em 1985, que trata do estabelecimento de “[...] critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020, p. 1). Esta norma passou por algumas revisões, sendo esta última versão a que substituiu a edição de 2015.

A NBR 15999, publicada em 2008, é mais uma norma que objetiva propiciar espaços acessíveis e inclusivos com relação à comunicação na prestação de serviços dos mais diversos órgãos públicos, como afirma Diniz (2019). Ela:

fornece diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na prestação de serviços, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de tecnologia assistiva ou outra que complemente necessidades individuais. (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008, p. 1).

O Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, foi outro marco legal crucial no que tange aos direitos das pessoas com deficiência; ele regulamenta a Lei n° 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata da questão do atendimento prioritário à alguns grupos populacionais, entre eles as pessoas com deficiência; e regulamenta também a Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que diz respeito ao estabelecimento de alguns parâmetros para se possibilitar a acessibilidade em diversas esferas. (Ferreira, 2018).

Outra importante lei que atua em prol das pessoas com deficiência, é a Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015, considerada o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é “[...] destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (Brasil, 2015, p. 1). Cabe destacar também, o Decreto n° 10.882, de 3 de dezembro de 2021, que regulamenta o Tratado de Marraqueche, para “[...] facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.” (Brasil, 2021, p. 3). Este tratado é um importante marco legal, pois permite compartilhar itens bibliográficos em formato acessível entre os países que já aderiram ao mesmo, facilitando o alcance à informação, que é um exercício de cidadania e direito de todos. O tratado visa não somente as pessoas com deficiência visual, mas qualquer indivíduo com deficiência que tenha dificuldade em acessar estas obras.

As organizações integrantes deste tratado, funcionam como instituições intermediadoras, isto é, permitem aos usuários beneficiários do mesmo obter acesso aos materiais acessíveis. Elas são chamadas de “entidades autorizadas” e de acordo com Brasil (2021, p. 9, grifo nosso), são responsáveis por:

- a) produzir e disponibilizar aos beneficiários exemplares de obras em formatos acessíveis; e
- b) obter ou ter acesso a obras em formatos acessíveis, por meio de outras entidades autorizadas, sem a necessidade de autorização ou de remuneração ao autor ou ao titular da obra.

As bibliotecas são exemplos de organizações que podem ser participantes do Tratado de Marraqueche e com isso, incorporar diversos benefícios para seus espaços, que entre eles, pode-se elencar três, segundo Couto et al. (2022, p. 30):

(1) ampliação de seu catálogo: a biblioteca poderá solicitar que outras entidades autorizadas enviem para ela as suas obras em formatos acessíveis, ampliando o seu catálogo de obras acessíveis para o público leitor. Mesmo que uma biblioteca não tenha condições de converter obras para o formato acessível, ela poderá fazer parte da rede na condição de entidade autorizada para receber as obras já convertidas por outras instituições;

(2) ampliação dos usuários: fazendo parte de uma rede de entidades autorizadas, a biblioteca irá ampliar o número de usuários potenciais, porque poderá enviar para outras entidades autorizadas as obras que converte para seus usuários locais;

(3) troca de experiências: ao formarem uma rede, as entidades autorizadas do mundo inteiro deverão manter contato profissional, trocando experiências que podem ser enriquecedoras para uma biblioteca. No caso de uma biblioteca que ainda não atue na conversão de obras para o formato acessível, essa troca de experiências pode ser importante para possibilitar que ela passe a atuar também como produtora de material acessível.

Em uma Resolução da Universidade Federal do Maranhão, que diz respeito a condutas de acessibilidade que a instituição deve seguir dentro de sua estrutura organizacional, pode-se verificar por exemplo, que já há a fomentação do Tratado de Marraqueche no âmbito da sua rede de bibliotecas. Assim, em seu Artigo 28, Inciso I, a Resolução nº 2.858-CONSEPE de 21 de março de 2023, diz que: “A DIB assume a responsabilidade de selecionar, adquirir e dispor materiais informacionais acessíveis, além de: I. Eliminar as barreiras legais para transformar obras já existentes em seu acervo para o formato acessível”. (Universidade Federal do Maranhão, 2023, p. 12).

Dessa forma, nota-se que a acessibilidade enquanto um termo que carrega uma ampla bagagem de possibilidades para a efetivação da inclusão social nos mais diversos âmbitos, deve ser contemplada também nas bibliotecas, que são importantes espaços fomentadores desse exercício de cidadania e participação plena de todos na sociedade, pois têm em sua essência a produção, disseminação e acesso à informação, que deve ser desfrutada por todos os usuários que adentram seu universo. Nesse sentido, cabe aqui citar a denominada “Agenda 2030” com seus 17 objetivos propostos durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada na cidade de Nova York em 2015, em prol de uma sociedade mais igualitária. Abaixo, na figura 1, tem-se os 17 objetivos da Agenda 2030:

Figura 1 – 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: FEBAB (2021)

Esta Agenda, elaborada por representantes de diversos países, “[...] é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade”. (Transformando..., 2015, p. 1). Apoiados em três aspectos do desenvolvimento sustentável, sendo eles: o aspecto econômico, o aspecto social e o aspecto ambiental; os objetivos desta agenda foram traçados a partir de projetos anteriores, a saber: a Agenda 21, de 1992 e a Declaração do Milênio, de 2000, conforme Costa, Moreira e Oliveira (2021, p. 93), ao afirmarem que:

Fruto de vários debates internacionais, a Agenda 2030 foi construída a partir dos legados da Agenda 21, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento em 1992, bem como da Declaração do Milênio, a qual elencou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000, com vistas à erradicação da pobreza no mundo.

O propósito desta Agenda é cumprir, até 2030, os objetivos estipulados que foram pensados para cinco esferas da sociedade: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Para a primeira esfera elencada, o Plano visa extinguir a fome e a pobreza, além de assegurar ao ser humano o exercício de seu potencial nos mais diversos âmbitos, pautando-se nos termos “dignidade” e “igualdade”. (Transformando..., 2015). Para a segunda esfera, a meta é fomentar debates e ações com relação às mudanças climáticas, assim como impulsionar um pensamento mais sustentável, através de gestões sustentáveis e uma produção e consumo mais conscientes, tendo em conta as gerações de hoje e as que virão. (Transformando..., 2015). Já para a terceira esfera, a Agenda 2030 responsabiliza-se pela garantia da prosperidade à todas as pessoas e por uma parceria harmônica do desenvolvimento econômico, tecnológico e social com a natureza.

(Transformando..., 2015). Na alçada da paz, o Plano visa remover da sociedade, todas as formas de violência e medo, promovendo a inclusão e um mundo pacífico à toda sociedade.

(Transformando..., 2015). Para a última esfera elencada, a Agenda promete:

[...] mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas. (Transformando..., 2015, p. 2).

Pode-se observar, que o grande propósito da Agenda 2030, é possibilitar por intermédio de várias medidas, uma sociedade mais igualitária. Nessa perspectiva, a informação e as bibliotecas têm papel fundamental no desenvolvimento desse propósito, pois permitem a obtenção de conhecimentos. O acesso à informação possibilita cidadãos mais interessados na luta por seus direitos e ao mesmo tempo, mais conscientes de seus deveres, reflexão corroborada por Miranda (2017, p. 1674), “as bibliotecas desempenham papel importante na execução desses objetivos, uma vez que ao facilitarem o acesso à informação os cidadãos terão condições de atuar de forma consciente exercer e exigir seus direitos”. Esse acesso, como observado, enquanto carrega consigo o conceito de democracia, possibilita a todos os indivíduos sua participação na construção de um mundo que ofereça igualdade de oportunidades nos mais diversos contextos da sociedade.

Portanto, cabe também às bibliotecas, que são organizações que podem contribuir com a Agenda 2030, buscar ações que viabilizem o acesso à informação a todo aquele que dela necessitar, principalmente aos sujeitos que por diversas vezes encontram-se prejudicados ou mesmo impedidos de obtê-la, como as pessoas com deficiência. Assim, torna-se essencial que no ato de planejar os passos que desejam seguir, essas unidades de informação enquanto produtoras e disseminadoras do conhecimento, reflitam sobre o processo de inclusão da diversidade social existente, já que “o arcabouço de questões que perpassam o acesso e uso da informação termina por impactar o planejamento da biblioteca, demandando-lhe mudanças em seus processos e serviços de informação em atenção aos anseios da diversidade”. (Costa; Moreira; Oliveira, 2021, p. 96). Desse modo, compreende-se que as reflexões sobre a acessibilidade em vários âmbitos, inicia-se com a gestão das instituições, no planejamento dos serviços de informação oferecidos pelas unidades, que devem colocá-la em prática nos seus espaços.

3 GESTÃO E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: breve contextualização

As bibliotecas, enquanto unidades de informação, atuam no gerenciamento e disseminação do conhecimento presente em seus espaços a fim de atender as necessidades dos usuários, assim como de todos os indivíduos que buscam seus produtos e serviços. Se tratam de organizações antigas e que ao longo de sua existência, vêm flexibilizando suas formas de lidar com as mais diversas atividades que realizam para acompanhar o intenso fluxo de mudanças sociais, como sustenta Santa Anna (2018, p. 450) “[...] sua capacidade de adaptação em face das transformações sociais torna-a um organismo mutante, o qual acompanha as mudanças e se renova constantemente, garantindo sua perpetuação.” Essa flexibilização dos trabalhos realizados no espaço da biblioteca que desejam caminhar com as transformações que ocorrem na sociedade, tornam estes locais cada vez mais dinâmicos e preparados para atender aos anseios informacionais dos usuários “essa capacidade adaptativa da biblioteca torna-a um espaço que reflete a sociedade que contribui com o aprimoramento pessoal, por conseguinte, viabiliza o desenvolvimento social”. (Santa Anna, 2018, p. 454). Nesse sentido, conscientizar a população sobre a importância da leitura e das bibliotecas, e criar estratégias visando o desenvolvimento de leitores, torna-se essencial no fazer biblioteconômico. E seja qual for a sua tipologia, da escolar à universitária, da pública à especializada, todas têm como objetivo comum difundir a informação em seus diversos formatos, fomentando a cidadania das pessoas que têm acesso aos seus ambientes.

As bibliotecas universitárias (BUs), apesar de terem como função social propagar o conhecimento à todos os indivíduos, possuem como foco a comunidade na qual estão inseridas, ou seja, o ambiente da universidade. Elas auxiliam os discentes, docentes e pesquisadores na busca pela informação que desejam e provêm esta informação à eles, impulsionando o ensino, a pesquisa e a extensão, como afirma Santa Anna (2018, p. 455) “as bibliotecas universitárias constituem unidades de informação, cujo objetivo principal é fornecer materiais informacionais aos diversificados atores que compõem o espaço universitário”. Esse pensamento é corroborado por Santa Anna e Calmon (2015, p. 50), já que com sua extensa gama de produtos e serviços, as BUs devem “[...] viabilizar subsídios que sustentem a tríade dessas instituições acadêmicas: ofertar atividades de pesquisa, de ensino e de extensão.”

Se atreladas às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), que obtiveram um crescimento significativo nos últimos anos, as atividades das BUs ganham um novo patamar na prestação de seus serviços e produtos, como explica Reis (2008, p. 64):

A biblioteca universitária, conectada as novas tecnologias é responsável pela integração entre usuários e fontes de informação, contribuindo para o desenvolvimento dos cidadãos em perspectiva acadêmica. As tecnologias permitem o acesso ao conhecimento e as bibliotecas devem buscar ações e ferramentas que permitam localizar, filtrar, organizar e resumir informações que sejam úteis ao usuário independente do lugar em que eles se encontrem.

Além disso, essas tecnologias facilitam a interação entre as unidades de informação, permitindo um diálogo entre as mesmas a fim de compartilhar recursos informacionais; o que não há no espaço de uma, através dessa comunicação viabilizada pelas TICs, poderá ser encontrado no ambiente de outra unidade, objetivando com isso, uma melhoria contínua na qualidade dos produtos e serviços prestados, para atender o usuário em sua busca pela informação, como sustenta Santa Anna (2018, p. 455) “[...] a dinâmica que envolve as bibliotecas universitárias exige sua interação com outras unidades de informação de forma sistêmica, tornando-as um organismo integrado, objetivando satisfazer exigentes demandas”. É importante frisar que as unidades de informação, apesar de tenderem a utilizar de forma crescente os meios digitais para disponibilizar seus produtos e serviços, não deixarão de dispor os mesmos também nos espaços físicos, desenvolvendo-se cada vez mais em formatos híbridos, ou seja, nas esferas física e virtual. (Santa Anna; Calmon, 2015).

As bibliotecas universitárias, enquanto locais que acolhem uma diversa gama de indivíduos das universidades, devem ter a preocupação de permitir que todos os sujeitos que adentram seus ambientes, tais como os discentes e pesquisadores, possam ter acesso à informação, por isso realizam uma série de funções que visam impulsionar seu objetivo maior, ser agentes que estimulem e ofereçam suportes informacionais ao ensino, pesquisa e extensão. Assim, de acordo com Reis (2008, p. 65) entre suas incumbências, cabe destacar “[...] repositório do acervo, disseminadora de informação e conhecimento e elo de ligação entre o conhecimento e o usuário final”. E para a efetivação de suas funções e uma prestação de produtos e serviços de qualidade ao usuário, as unidades de informação devem possuir uma hábil gestão, pensamento sustentado por Santa Anna e Calmon (2015, p. 52-53), onde os autores afirmam que:

[...] é importante destacar que os serviços biblioteconômicos realizados nas BUs somente serão ofertados com qualidade, à medida que a unidade informacional estabelecer, além das técnicas de organização e disponibilização da informação, a gestão e o planejamento de suas atividades, buscando a melhoria contínua dos processos de trabalho.

Assim, a gestão nas unidades de informação é uma prática imprescindível para o melhor funcionamento possível das mesmas, pois permitirá um eficiente gerenciamento de todos os atores e recursos presentes nos espaços, e conseqüentemente, o cumprimento dos objetivos determinados. Segundo Alves e Oliveira (2016, p. 72) “A gestão é o processo que visa atingir

os objetivos e as metas de uma organização, de forma eficiente e eficaz, através de fatores como organização, planejamento, liderança e controle dos recursos disponíveis.” Desse modo, é indispensável ao bibliotecário que se encontra à frente da administração de uma biblioteca o perfil de gestor, já que a gestão no âmbito das unidades de informação possibilitará, além de uma melhor organização do ambiente como um todo, resultados mais eficazes com relação aos objetivos estabelecidos, propiciando a satisfação do públicos interno e externo, que se trata da equipe de trabalho envolvida e os usuários dessas unidades respectivamente, já que “boas práticas na administração resultam em satisfação dos clientes internos e externos em qualquer instituição [...]”. (Salort; Machado, 2011, p. 1).

Nesse sentido, o bibliotecário gestor deve estar atento à todos os setores, processos e atores da unidade de informação na qual exerce o seu papel, participando e acompanhando desde as atividades técnicas realizadas no espaço até a organização e motivação de sua equipe de trabalho, por isso é essencial no exercício de sua função assumir uma conduta de líder, já que gestão e liderança são termos que se correlacionam e são necessários para um bom andamento da instituição. (Alves; Oliveira, 2016). Cabe destacar também, que a liderança, segundo as autoras, concerne em um atributo da gestão e que é parte essencial para o sucesso desta, assim “no contexto organizacional vários elementos levam para a eficácia de uma boa gestão e, a liderança é uma delas. A liderança é conhecida como um processo de influência, na qual a equipe seja orientada para atingir metas”. (Alves; Oliveira, 2016, p. 72-73).

Ademais, é imprescindível ao bibliotecário que se encontra na gestão de uma unidade de informação, permanecer vigilante com as inovações que vêm ocorrendo na sociedade, visando acompanhá-las e aplicá-las em seus espaços para que os mesmos mantenham-se atualizados e preparados para atender seus usuários ao mesmo tempo em que busque atrair novos públicos, os denominados “usuários potenciais”:

É fundamental que os bibliotecários que exerçam papel de gestores observem as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea, a um ritmo cada vez mais acelerado, o que os obriga a refletirem sobre as mudanças que afetam o gerenciamento das bibliotecas em que atuam. (Assis; Maia, 2014, p. 188).

No intuito de auxiliar os gestores com suas práticas administrativas, o planejamento torna-se uma importante ferramenta para a instituição ter uma perspectiva geral de sua relevância perante a sociedade, a melhor alocação possível dos recursos disponíveis, bem como atingir seus objetivos e metas. (Silva et al., 2014). Se trata de um processo contínuo, que colabora com o gestor a fim de ajudá-lo em suas tomadas de decisão, assim como na redução de possíveis falhas e problemas, possibilitando uma gestão mais acertada e confiável, além disso, deve ser constantemente revisto e avaliado, estando toda a equipe da instituição

participando de seu fazer. Moro e Massoni (2019, p. 2) afirmam que “O planejamento estratégico auxilia o bibliotecário que atua como gestor a planejar de modo eficiente o seu trabalho, visando o cenário atual e futuro.” Na visão de Valentim (2017, p. 19), o planejamento pode ser visto como um procedimento que “[...] propicia distintas opções para o gestor decidir qual a direção mais adequada a ser seguida, bem como subsidia a tomada de decisão, amenizando as ambiguidades e incertezas do ambiente”. A autora pontua ainda algumas vantagens que o planejamento proporciona ao gestor na administração da organização em que exerce sua função:

Entre os benefícios do planejamento, dois deles se revelam importantes: a alocação de recursos [humanos, materiais, sistemas informáticos, equipamentos, mobiliário, layout, etc.]; a definição de responsabilidades, isto é, quem é responsável pela implantação e execução de uma atividade/tarefa. Ambos são determinantes para que o planejamento seja de fato exequível. (Valentim, 2017, p. 18-19).

Além disso, uma questão considerada crucial e que deve se fazer presente no planejamento de qualquer instituição, é a orçamentária, pois é a partir dela que os recursos poderão ser alocados de acordo com as necessidades de cada setor ou serviço, alinhando-se sempre a isso, os objetivos traçados e as metas que se pretende conquistar, como afirma Valentim (2017, p. 26) quando expõe que “o planejamento financeiro possibilita mensurar os custos e os benefícios, ou seja, aloca recursos à implantação e execução do que foi planejado [...]”. Por isso, é importante que o bibliotecário gestor insira também no ato de planejar, os mecanismos financeiros que oportunizarão a captação de produtos e a realização de diversos serviços dentro da biblioteca, já que o planejamento permite uma gestão nas unidades de informação que “[...] garante para a organização o melhor uso de seus recursos, traduzidos em melhores indicadores de qualidade e produtividade”. (Spudeit; Führ, 2011, p. 42).

Portanto, na gestão das bibliotecas e unidades de informação é essencial que o bibliotecário faça a utilização do planejamento, pois este será um norteador tanto para a definição de objetivos e metas que possibilitarão à instituição alcançar o que se almeja enquanto produtora e disseminadora do conhecimento, quanto para a execução das atividades e serviços que permitirão esse alcance, já que “o bom gestor de biblioteca pode ser caracterizado como um líder que conhece os processos envolvidos no cotidiano de funcionamento deste setor”. (Morais; Teles, 2013, p. 37). E para uma administração que efetive o compartilhamento da informação à todos os indivíduos que busquem por ela nestes espaços, é indispensável ao bibliotecário gestor fomentar reflexões acerca da acessibilidade e buscar medidas que tornem a biblioteca um local acessível também às pessoas com deficiência.

3.1 Gestão acessível em bibliotecas universitárias

As bibliotecas universitárias são espaços fundamentais para toda a comunidade que faz parte da universidade (discentes, docentes, pesquisadores e colaboradores) e a comunidade que também não faz parte da estrutura social universitária, como afirma Ribeiro (2016, p. 17), quando diz que estes ambientes objetivam “[...] possibilitar que alunos, professores, funcionários e a comunidade externa da universidade tenham acesso aos documentos relativos ao ensino e aos projetos de pesquisa e extensão.” Nota-se com isso, o caráter democrático que as bibliotecas universitárias possuem, pois possibilitam o acesso aos conhecimentos e consequentemente impulsionam pessoas mais conscientes quanto aos seus direitos e deveres. E para de fato se proporcionar um espaço aberto a todos os indivíduos, é basilar que essas unidades de informação pensem na acessibilidade e inclusão, tornando estes locais não apenas com algumas áreas acessíveis, já que assim se estará fomentando um acesso restrito e limitado, mas propiciar que todo o ambiente esteja acessível e acolhedor.

Para Diniz (2019, p. 77) “[...] a biblioteca inclusiva não é específica para pessoas com deficiência: é aquela que atende toda a população de forma igualitária, permitindo que todos os seus usuários possam acessar e utilizar os serviços e produtos disponíveis.” Portanto, é necessário que as bibliotecas reflitam sobre o seu modo de atuar e se preocupem quanto à disponibilização de seus produtos e serviços; isto é, se os mesmos estão sendo alcançados por todos aqueles que os procuram, já que há a sensação de não pertencimento à estes ambientes por parte das pessoas com deficiência devido a algumas barreiras encontradas, principalmente de cunho arquitetônico. Nesse sentido, a autora chama a atenção das bibliotecas para que haja despertar quanto a essas questões sociais “[...] urge a biblioteca universitária ser chamada para explorar o seu lado social, a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa”. (Diniz, 2019, p. 77).

Assim, diversas ações devem ser pensadas na gestão das bibliotecas universitárias para atenuar a exclusão social e possibilitar essa sociedade mais igualitária, dessa forma “no planejamento de uma biblioteca inclusiva ou sua adequação, um dos aspectos essenciais a considerar diz respeito à eliminação das barreiras que possam existir”. (Santa Anna, 2021, p. 29). A biblioteca inclusiva, permite que indivíduos com ou sem deficiência, desfrutem de seus produtos e serviços com autonomia, se envolvendo nas atividades e projetos destes espaços, e participando no sentido de se construir unidades de informação cada vez melhores e mais justas. Silva e Bernardino (2015, p. 32), corroboram esta ideia ao declararem que:

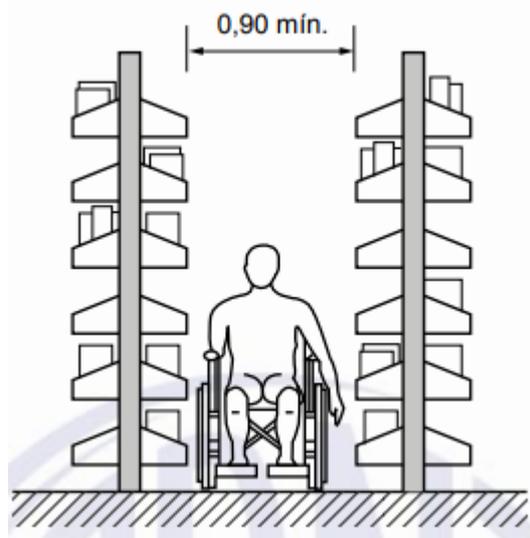
A biblioteca inclusiva deve partir do princípio que as pessoas com e sem deficiência devem ter uma vida normal e com qualidade. Todos utilizando ao mesmo tempo os serviços e os espaços da biblioteca possibilitando que as pessoas possam desenvolver atividades da vida diária com autonomia.

Essa autonomia envolve a eliminação de possíveis obstáculos, que entre eles estão as barreiras arquitetônicas. A NBR 9050 define uma série de padrões primordiais para a concretização de espaços acessíveis e inclusivos; no caso das bibliotecas, nota-se que a norma fornece algumas diretrizes pensando principalmente na questão estrutural, como por exemplo, no âmbito das estantes dos livros, onde afirma que:

A largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, [...]. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se atender às necessidades de espaço para circulação e manobra. (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020, p. 135).

A imagem da figura 2 abaixo, funciona como exemplo para ilustrar como deve ser a largura nos corredores das bibliotecas:

Figura 2 – Largura adequada entre as estantes de livros



Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

A altura das prateleiras é outro exemplo, que se for pensada pelas bibliotecas levando em consideração a acessibilidade das pessoas com deficiência, propicia um espaço mais igualitário e garante a autonomia do usuário. Coutinho (2011, p. 30), de acordo com a NBR 9050, traz mais uma diretriz relacionada a este aspecto:

A altura das prateleiras deve atender às faixas de alcance manual e os parâmetros visuais do usuário em cadeira de rodas (cadeirantes). Isso possibilitará que o próprio usuário escolha entre os diversos livros disponíveis nas prateleiras o que é de seu interesse, sem precisar solicitar auxílio, deixando o usuário mais a vontade, sem deixá-lo em situação desconfortável.

Além disso, a existência de rampas, pisos táteis, banheiros adaptados observando-se a NBR 9050, entre outros elementos estruturais, devem ser levados em consideração para ambientes de bibliotecas mais inclusivos. (Santana; Barbosa; Ribeiro, [20--?]). Assim, o bibliotecário gestor, também no contexto universitário, precisa ter uma postura vigilante, visto a necessidade contínua de melhorias e a resolução de possíveis barreiras de ordem estrutural, pensando em todos os usuários que frequentam e poderiam frequentar essas unidades de informação buscando o conhecimento ali presente, assim “dentro da estrutura de uma biblioteca, a busca por melhorias deve ser constante e colocada em prática assim que possível”. (Diniz et al., 2021, p. 121). Ademais, é indiscutivelmente necessário a universidade procurar formas de se promover a acessibilidade em todos os ambientes de seu espaço e as bibliotecas esforcem-se no intuito de buscarem diálogo com estas instituições nas quais estão inseridas, para que a inclusão também faça parte de seu entorno, como reitera Neves (2021, p. 75) “é papel das universidades oferecerem livre acesso aos espaços da instituição, proporcionando condições de atendimento aos alunos além de espaços acessíveis e inclusivos.” Essa acessibilidade que circunda o entorno das bibliotecas, é denominada de acessibilidade urbana (Fialho; Silva, 2012). Ela engloba os seguintes segmentos:

[...] o transporte público, a urbanização circundante da biblioteca e o número suficiente de vagas de estacionamento, com as seguintes características: sinalização horizontal e vertical com o símbolo internacional de acesso; localização mais próxima possível da entrada principal com o necessário rebaixamento de guia e sinalização tátil; e faixa adicional à vaga para circulação de cadeira de rodas. (Fialho; Silva, 2012, p. 158).

Nota-se com isso, que além do interior de seu espaço, as bibliotecas devem verificar também se o ambiente ao seu redor está acessível às pessoas com deficiência, especialmente as bibliotecas universitárias, inseridas neste contexto, que precisam dialogar e estar em sintonia com a universidade na busca pela inclusão de todos os discentes na esfera universitária, já que “os espaços das universidades precisam ser acessíveis, bem como os produtos e serviços precisam atender a todos independente da sua condição.” (Costa, 2023, p. 12).

Indubitavelmente, a biblioteca universitária busca levar a informação à todos os usuários que dela necessitam por meio de seus produtos e serviços, logo “as bibliotecas universitárias têm a missão de cumprir as necessidades informativas das comunidades acadêmicas no desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão”. (Fonseca; Gomes; Vanz, 2012, p. 2800). Dessa forma, é basilar que as unidades de informação no contexto de sua gestão, reflitam se seus acervos estão acessíveis a todos os públicos. As autoras Melo e Pupo (2010), fornecem alguns exemplos de livros acessíveis:

- a) Os livros digitais em texto: Segundo Melo e Pupo (2010, p. 10), essas obras “[...] são cópias do conteúdo de qualquer livro para um arquivo de computador que possa ser reconhecido por algum editor de texto. A leitura é feita por meio de leitores de tela, que têm a propriedade de ler o conteúdo do arquivo.” Nesse caso, as bibliotecas podem adquiri-las através da compra via Internet ou por meio de livrarias. Há ainda a possibilidade de chegar a estas obras por intermédio das bibliotecas digitais, com o devido consentimento do autor responsável ou ainda por obras de domínio público;
- b) Os livros formatados para impressão Braille: Estes livros foram pensados para as pessoas com deficiência visual ou visual/auditiva, que podem utilizá-los pela impressão dos mesmos ou por uma linha Braille ligada à um equipamento eletrônico (computador). Quando feita a impressão, há a possibilidade de serem empregadas ou não, as representações gráficas (ilustrações, gráficos, tabelas, entre outros tipos). (Melo; Pupo, 2010);
- c) Os áudio livros: São obras gravadas por voz humana dispostos nos mais diversos recursos (MP3, CDs, DVDs, entre outros tipos), que têm como foco as pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão), apesar de todos os indivíduos conseguirem utilizá-las. (Melo; Pupo, 2010);
- d) Os livros no formato DAISY: De acordo com Melo e Pupo (2010, p. 12), “o formato DAISY é um tipo de livro digital e consiste, em síntese, num sistema de processamento de dados, através do qual se pode ter acesso ao conteúdo ortográfico ou áudio do livro gerado nesse padrão.” Este formato permite também ao usuário a impressão em Braille e a linha Braille. A sua utilização é feita através de software específico, denominado MECDAISY;
- e) Os livros com letras ampliadas: Estas obras têm como alvo as pessoas com deficiência visual (baixa visão), onde amplia-se o tamanho da letra de modo que esse público possa fazer uma adequada utilização. (Melo; Pupo, 2010);
- f) Os livros na Língua Brasileira de Sinais: Têm por foco as pessoas com deficiência auditiva, onde grava-se em DVD o conteúdo textual em Libras para que posteriormente possa ser utilizado pelo público em questão. (Melo; Pupo, 2010);
- g) Os livros na concepção do desenho universal: São obras que buscam alcançar todos os públicos unificando em uma só produção, vários formatos, tais como o formato DAISY e a Língua Brasileira de Sinais, adequando-se assim essas obras para que todas as pessoas possam utilizá-las. (Melo; Pupo, 2010).

Um acervo inclusivo é essencial para uma biblioteca que busca pela acessibilidade, já que essa unidade de informação é um espaço favorável para tal por ter um caráter democrático. (Diniz; Almeida; Furtado, 2019). Dessa forma, as políticas de formação e desenvolvimento de

coleções das bibliotecas devem ser pensadas e construídas contemplando-se toda a diversidade de públicos existentes, para que todos possam utilizar as obras presentes em seus acervos. Destaca-se para tanto, a necessidade que há de levantamento das necessidades dos usuários, já que “nas bibliotecas universitárias, o conhecimento é organizado para ser disponibilizado atendendo à necessidade de informação de diversos usuários”. (Melo, 2015, p. 33). Ainda, segundo a autora, as pessoas com deficiência possuem as mesmas necessidades de informação que qualquer outro utilizador desses ambientes, distinguindo-se nesse caso, apenas em como se dará o acesso a esses conhecimentos. (Melo, 2015).

Nessa conjuntura, as TICs tornam-se ferramentas primordiais para amplificar o acesso dessas pessoas às fontes de informação dispostas nos acervos das bibliotecas, sendo assim, Ferreira (2018) chama a atenção desses espaços no sentido de procurarem formas de incluir esses mecanismos em suas rotinas, algo que deve ser refletido pela gestão dos mesmos. As tecnologias assistivas (TA) entram nesse processo como recursos que visam auxiliar esses indivíduos em sua busca pela informação. Ferreira (2018, p. 28) as conceituam como:

[...] um campo interdisciplinar do qual resultam, dentre outras coisas, ferramentas que potencializam as habilidades funcionais das pessoas com deficiência, viabilizando a superação dos obstáculos presentes no ambiente, que dificultam ou impossibilitam o desenvolvimento de atividades essenciais.

Já Vigentim (2014, p. 41) traz o seu olhar do que seriam as TA, propondo o seguinte conceito: “Tratam-se de meios e alternativas que possibilitam às pessoas com deficiência resolver as dificuldades sem perder o desempenho nas atividades, com segurança e o máximo de independência possível”. Observa-se que em ambos os casos, a conceituação dada é semelhante e o propósito das tecnologias assistivas, conforme visto, é propiciar independência aos seus utilizadores nas mais diversas atividades em que se propuserem a desempenhar, superando os possíveis obstáculos encontrados na trajetória. Assim, é crucial que as bibliotecas as coloquem como pauta a ser discutida em seus planejamentos estratégicos e que o funcionamento das mesmas seja do conhecimento de todo o coletivo da organização, e não somente de alguns bibliotecários ou de um determinado setor. (Diniz, 2019).

Assim sendo, as tecnologias assistivas, que despontaram já no final do século XX nos Estados Unidos, mais especificamente na década de 1980, vêm a ser ferramentas que visam oferecer formas de superação às pessoas com deficiência em relação a possíveis barreiras encontradas. Nesse sentido, a autora chama a atenção da essencialidade de tais recursos. (Ferreira, 2018). No âmbito das TICs, pode-se elencar hardwares e softwares, como tecnologias assistivas que buscam promover essa superação de barreiras e ainda a acessibilidade digital, como afirma Vigentim (2014, p. 42) “no campo da acessibilidade das tecnologias da

informação, são os *hardwares* e *softwares* especiais que permitem, ou simplesmente facilitam, o acesso de pessoas com deficiência aos conteúdos, sistemas e serviços”. Ferreira (2018, p. 30) cita exemplos de TA no que tange aos hardwares e softwares: “*hardwares* (colmeia e mouses adaptados) ou *softwares* (ampliadores e leitores de tela).”

Destaca-se desta forma a importância que as TA possuem enquanto recursos primordiais para a promoção de ambientes acessíveis, por isso, os bibliotecários à frente da gestão de uma biblioteca, devem pensar e buscar meios de se colocar em prática essas tecnologias, que são um dos muitos aspectos a serem refletidos para uma efetiva gestão inclusiva, assim “é essencial que haja uma sensibilização do bibliotecário em se preocupar com a inclusão da pessoa com deficiência, quanto ao seu papel de gestor da biblioteca e o potencial multiplicador de ações inclusivas.” (Pinheiro, 2021, p. 95). Através de tal análise, pode-se mencionar alguns tipos de tecnologias assistivas que podem ser implementadas nos espaços das bibliotecas: teclado alternativo, impressoras *braille*, linha ou *display braille* dispositivo para saída de dados, lupa eletrônica, o software NVDA e o software Dosvox. (Diniz, 2019; Ferreira, 2018).

Há ainda, outras ferramentas que podem ser utilizadas no cotidiano das bibliotecas com o intuito de incluir os usuários com deficiência em suas atividades, embora não sejam comumente encontradas nos espaços dessas unidades de informação, como assegura Diniz (2019). Se tratam de instrumentos auxiliares de mobilidade:

Outras TA que podem fazer parte dos recursos tecnológicos das bibliotecas são os auxílios de mobilidade, que consistem em bengalas, muletas, andadores, carrinhos, cadeiras de rodas manuais ou elétricas, e qualquer outro equipamento ou estratégia utilizada na melhoria da mobilidade pessoal do usuário com deficiência na biblioteca. Dentro dessa categoria, temos órteses e próteses, onde a primeira consiste em peças artificiais para substituir partes ausentes do corpo; no caso da segunda, diferentemente da primeira, consiste em um segmento colocado junto a uma parte do corpo, garantindo à pessoa com deficiência um melhor posicionamento, estabilidade e/ou função. (Diniz, 2019, p. 95).

À vista disso, observa-se que é fundamental o papel do gestor de uma unidade de informação em procurar incluir essas tecnologias no planejamento da organização em que se encontra coordenando, pois estará fomentando a acessibilidade e inclusão através do pleno manuseio dos recursos informacionais da unidade pelas pessoas com deficiência e conseqüentemente, uma busca independente pelo conhecimento, aumento da autoestima e maior comunicabilidade social; além de impulsionar a acessibilidade digital, descrita por Silva e Spudeit (2020), como o acesso global dos meios de informação e comunicação feito pela sociedade, tendo autonomia para buscar a informação que necessita, bem como realizar o processo de seleção das informações obtidas para fins de atendimento de seus anseios informacionais.

É explicado ainda por Ferreira (2018), que as TA podem também atenuar as barreiras comunicacionais que venham a existir entre usuário e o bibliotecário, utilizando-se a título de exemplo, softwares que traduzem a Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras); ainda assim, não isenta o profissional de buscar formação continuada de modo a estar habilitado para acolher todos os usuários que procurarem pela unidade de informação na qual está alocado. Nota-se dessa forma, que a atenção do gestor da organização para com a sua equipe de trabalho se faz necessária, no sentido de motivá-la para preparar-se quanto ao atendimento ao público, tal como também propiciar expedientes para esse objetivo:

[...] a Gestão de Pessoas deve contribuir com o favorecimento da divulgação informacional entre seus funcionários, possibilitando o fluxo da informação entre os clientes internos e externos, de modo a estabelecer uma ligação entre o usuário e a informação que ele necessita. A Gestão de Pessoas, quando bem aplicada dentro de uma Unidade de Informação, contribui com diversos aspectos, desde a melhoria dos serviços realizados por seus funcionários até a boa aceitação por parte de seus usuários quanto aos serviços prestados por essa Unidade. (Silva; Fernandes, 2017, p. 66).

Assis e Maia (2014) corroboram com esta ideia, uma vez que declaram que os anseios informacionais dos usuários assim como a satisfação dos mesmos ao adentrarem o espaço da unidade de informação são aspectos importantes a serem considerados no tocante ao exercício profissional do bibliotecário, e que para isso uma equipe bem preparada para atender seus públicos é imprescindível. Sabendo disto, as bibliotecas enquanto locais de socialização do saber, devem estar aptas a receber a diversidade de indivíduos que buscam por seus serviços e produtos, prestando um atendimento humano e atuando sempre em prol da satisfação de seus interesses informacionais, como reitera Costa (2015, p. 48) “[...] a gestão de uma biblioteca universitária e, conseqüentemente, as pessoas que realizam atendimentos nas bibliotecas devem atentar para a interação entre os atores envolvidos e para a integração dos usuários nos espaços disponibilizados pela BU.” Desse modo, cabe uma postura vigilante aos profissionais com relação à sua conduta no ambiente profissional, extinguindo atitudes discriminatórias e excludentes em seus atendimentos.

Barreiras de cunho físico por exemplo, são ainda um grande problema para as pessoas com deficiência, porém, outras barreiras como as de cunho atitudinal, ainda são observadas no dia a dia desses indivíduos, sendo um entrave em muitas atividades realizadas em seu cotidiano. (Ponte; Silva, 2015). Segundo as autoras, as atitudes que impulsionam essas barreiras, em muitos casos, são inconscientemente praticadas e não se dão de modo visível como os empecilhos físicos, portanto, nestes casos torna-se mais difícil a sua percepção. O gestor de uma biblioteca, assim como os demais profissionais ali atuando, devem estar atentos desse modo, evitando comportamentos que afastam esse público, já que “[...] a biblioteca acessível e

inclusiva é aquela que trabalha a perspectiva de acesso ao acervo, o próprio espaço físico dentro da organização e visa ter condições de atendimento de forma adequada [...]”. (Matos, 2021, p. 37).

Diniz (2019, p. 99) chama a atenção para a utilização da expressão “empatia” pelos bibliotecários em suas rotinas de atendimento ao usuário, expressão esta que acarretará ao mesmo o sentimento de pertencimento ao espaço das bibliotecas, portanto “no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a empatia consiste em um aspecto fundamental para a melhor atuação do bibliotecário”. Assim, em qualquer ambiente de uma biblioteca, e neste caso das bibliotecas universitárias, este é um aspecto que deve ser incentivado com a gestão de pessoas, já que como observado, o gestor para além dos recursos materiais, deve se preocupar com os recursos humanos, ou seja, sua equipe de trabalho, uma vez que esta influenciará significativamente na qualidade do acolhimento do usuário ao espaço da unidade de informação.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a acessibilidade atitudinal tem notável interferência na satisfação desse usuário para com o ambiente da biblioteca, já que como afirma Rocha (2021, p. 63) “a acessibilidade atitudinal perpassa os demais tipos de acessibilidade, consistindo em importante mecanismo de promoção dessas, pois barreiras atitudinais podem resultar em outros tipos de barreiras”. Portanto, enquanto um desafio a administração dos recursos humanos na gestão das bibliotecas conforme dito por Morais e Teles (2013), é incumbência desta, buscar formas de conscientização dos profissionais ali envolvidos sobre a grande relevância que suas atitudes e comportamentos terão para com o sentimento de pertencimento do usuário às bibliotecas, influenciando diretamente em sua frequência a estes espaços. Cabe também à gestão, buscar a efetivação de outros âmbitos que perpassam a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nestes locais de disseminação da informação.

4 METODOLOGIA

A pesquisa para Gil (2002, p. 17) é o “Procedimento racional e sistemático que tem objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Pode-se dizer então, que se refere a um procedimento fundamental quando se deseja descobrir determinada resposta para um problema, indagação ou cenário levantado, de modo que o conjunto de informações que se encontram disponíveis não permitem o alcance de uma conclusão satisfatória, assim “pesquisar cientificamente significa realizarmos essa busca de conhecimentos, apoiando-nos em procedimentos capazes de dar confiabilidade aos resultados”. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 44). Em suma, ela tem como propósito a busca de respostas para indagações, utilizando-se o método científico para tal.

Desse modo, utilizou-se a pesquisa científica para a investigação do problema levantado neste trabalho, tendo os objetivos da pesquisa, os procedimentos técnicos utilizados, as formas de abordagem e os instrumentos de coleta de dados empregados, como métodos esclarecedores de todo o percurso metodológico na busca por informações sobre acessibilidade e bibliotecas universitárias, assim como aspectos relacionados à gestão de bibliotecas, que possibilitou a contextualização da temática, bem como a visualização de toda a pesquisa realizada na Biblioteca Central com a gestora da Diretoria Integrada de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão, a gestora do setor de acessibilidade da Biblioteca e os alunos com deficiência do Centro de Ciências Sociais da universidade.

Assim sendo, com relação aos objetivos de pesquisa, utilizou-se as pesquisas exploratória e descritiva. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória tem por finalidade o levantamento de mais informações sobre o que se está investigando, permitindo a definição e delimitação do tema proposto; enquanto que a pesquisa descritiva visa o registro e descrição dos fatos observados sem a interferência neles por parte do pesquisador. Já com relação aos procedimentos técnicos, que se trata da forma pela qual busca-se os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e de campo.

A pesquisa bibliográfica na visão dos autores, é formulada “[...] a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet [...]”. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54). Ela tem por objetivo aproximar o autor do seu tema, fazendo-o conhecer o que já se tem de escrito sobre o assunto de sua pesquisa. Para tanto, realizou-se o levantamento de artigos científicos, monografias, dissertações, teses, livros em

formato digital, assim como outros materiais bibliográficos; selecionando-os sempre de fontes confiáveis, como Repositórios Digitais de Universidades e Portais de Periódicos, a fim de se ter ampla gama de informações sobre o tema e todo o embasamento teórico necessário. Acessibilidade, legislação sobre acessibilidade, bibliotecas universitárias, gestão em bibliotecas, acessibilidade em bibliotecas, acessibilidade em bibliotecas universitárias, foram as palavras-chave utilizadas.

Posteriormente, partiu-se para a pesquisa de campo, que pode ser definida como “[...] aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta”. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 59). É utilizada ainda para a comprovação de hipóteses, ou ainda, constatar fenômenos novos ou as relações que possuem entre si. Assim, neste momento da investigação foram definidos o público-alvo da pesquisa, o instrumento de coleta de dados, o período correspondente à aplicação da coleta e as formas de abordagem dos resultados obtidos.

O público alvo da pesquisa foram as gestoras, tanto a que se encontra à frente de todo gerenciamento da Diretoria Integrada de Bibliotecas da UFMA e, portanto, da Biblioteca Central, quanto a que se encontra responsável pelo setor de acessibilidade da referida unidade de informação, com a finalidade de se saber como é realizada a gestão da acessibilidade nesta BU. Além dos alunos com deficiência do Centro de Ciências Sociais da UFMA, para se ter a percepção dos mesmos sobre esta gestão. Desse modo, obteve-se junto à DACES, Diretoria de Acessibilidade da universidade, uma relação de discentes com deficiência matriculados na instituição, especificamente do CCSO, onde selecionou-se os estudantes ativos do período de 2020.1 à 2022.2, bem como os alunos ativos do curso de Biblioteconomia, totalizando 57 estudantes. Em seguida, buscou-se os e-mails institucionais destes para a aplicação do instrumento de coleta de dados.

O instrumento de coleta de dados escolhido para a pesquisa foi o questionário, que na visão de Oliveira, Ponte e Barbosa (2006, p. 8) “[...] é a técnica mais utilizada na coleta de dados. [...] significa um meio de obter respostas sobre determinado assunto de maneira que o respondente forneça as informações de seu domínio e conhecimento”. Dessa maneira, encaminhou-se via e-mail institucional, um questionário com 10 perguntas abertas às gestoras da DIB e do setor de acessibilidade da unidade de informação, tendo-se 05 dias de espera; e um questionário com 04 questões fechadas e 08 questões abertas aos estudantes com deficiência do CCSO. O questionário foi disponibilizado às gestoras no dia 29 de Março de 2023, enquanto que o questionário enviado aos alunos ficou disponível do dia 06 de Julho de 2023 à 08 de Agosto de 2023, alcançando-se 10,53% de respostas de um total de 57 discentes.

As formas de abordagem utilizadas na pesquisa, foram a quantitativa, que permitiu a visualização de uma tabela com dados estatísticos; e a qualitativa, que possibilitou a análise indutiva das respostas alcançadas mediante a percepção e entendimento das mesmas, proporcionando interpretações em relação a pesquisa aplicada, já que para Prodanov e Freitas (2013, p. 70) “tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.” Tal investigação propiciou mais conhecimento sobre o assunto aqui tratado, a acessibilidade no contexto da gestão das bibliotecas universitárias.

4.1 Breve caracterização da Biblioteca Central da UFMA

A Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, localiza-se na avenida dos Portugueses, nº 1966, Cidade Universitária, prédio CEB Velho, Bacanga, em São Luís -MA. Seu início remonta à criação da UFMA, nos anos sessenta, já que a universidade precisava dessas unidades de informação para atender ao corpo discente e docente em seus anseios informacionais. Inicialmente suas instalações se situaram em sobrado na rua 13 de maio e na rua São João, estando entre o Museu Histórico e Artístico do Maranhão e a faculdade de Farmácia e Odontologia. Passou por outros endereços até a atual localização. Há a expectativa de uma nova mudança com a construção de um edifício que se encontra próximo à entrada principal da universidade.

Na Biblioteca são oferecidos os seguintes serviços: empréstimo e devolução de materiais bibliográficos; renovação online; catálogo online; terminais que permitem a consulta aos serviços da biblioteca; reserva do material bibliográfico; orientação à normalização de trabalhos acadêmicos; levantamento bibliográfico; elaboração de ficha catalográfica para livros; geração de ficha catalográfica on-line; serviço de comutação bibliográfica; treinamento de usuários na utilização de fontes eletrônicas, bases de dados e Portal Capes; visitas orientadas; Salas de estudo em grupo e individuais; acesso WI-FI; guarda-volumes; exposição das novas aquisições; laboratório de Informática; além do setor de acessibilidade.

5 RESULTADOS OBTIDOS

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos através da investigação realizada por meio dos questionários aplicados com a gestora da Diretoria Integrada de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão, a gestora responsável pelo setor de acessibilidade da Biblioteca Central da referida instituição e os estudantes com deficiência lotados no Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

5.1 Gestoras: Concepção da gestão acessível da Biblioteca Central

Inicialmente, buscou-se através da *questão 01* do questionário aplicado com às gestoras da Diretoria Integrada de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão e do setor de acessibilidade da Biblioteca Central respectivamente, caracterizar o perfil das profissionais. Para tanto, foram realizadas as seguintes indagações para as gestoras: Qual a sua formação acadêmica (graduação e especialização) e qual cargo exerce na Biblioteca Central da UFMA? Como resposta, alcançou-se a seguinte afirmação da gestora à frente da Biblioteca Central da UFMA (*Gestora A*): - *Graduação em Biblioteconomia. Doutorado. Bibliotecária*. Já com relação à gestora do setor de acessibilidade da Biblioteca Central (*Gestora B*), foi obtida a seguinte afirmativa: - *Bibliotecária. Mestra em Educação. Coordenadora do Setor de Acessibilidade*. É possível notar pelo grau de formação acadêmica de ambas gestoras, que os bibliotecários têm buscado especializações a fim de se capacitarem profissionalmente e estarem cada vez mais preparados com as exigentes demandas que o mundo do trabalho tem levantado. Para Amaral (2015, p. 32) “[...] é necessário que o bibliotecário esteja em constante formação, atualização, ou seja, que ele possa investir em uma educação continuada”, isso porque de acordo com autora supracitada, a educação continuada permite ao bibliotecário, adquirir novos conhecimentos e habilidades para resolver problemas do campo em que exerce sua profissão ou mesmo de outros problemas da atualidade.

Com relação à *questão 02* do questionário aplicado com as gestoras, indagou-se que entendimento as mesmas teriam do que seria a acessibilidade no âmbito das pessoas com deficiência. As respostas foram as seguintes: *Gestora A - Dar oportunidade de acesso a produtos e serviços, contribuindo com o ensino-aprendizagem. Gestora B - Acessibilidade é o direito de ir e vir das pessoas com deficiência*. De acordo com as respostas das gestoras, observa-se que ambas têm a noção do grau de importância que esse termo (acessibilidade) tem para as pessoas com deficiência no que concerne a fornecer possibilidade de acesso em diversos

âmbitos; partindo dessa conclusão, é possível notar também que as gestoras têm a consciência de que as bibliotecas precisam ser acessíveis se quiserem propiciar esse direito de acesso às pessoas com deficiência de utilizarem os espaços dessas unidades de informação, isso porque “sendo o bibliotecário também um prestador de serviço e por se relacionar com uma diversidade de pessoas, pressupõe-se que o profissional tenha consciência e esteja atento as necessidades e particularidades de seus usuários [...]”. (Costa, 2015, p. 18).

A **questão 03** por sua vez, indaga as gestoras sobre a frequência com que pessoas com deficiência vão ao espaço da Biblioteca Central da UFMA, assim como a periodicidade em que isto se dá. A *Gestora A* expõe que a frequência desse público é rotineira: - *Sim. Rotineiramente.* A *Gestora B* traz uma informação adicional com relação a essa frequência: - *Frequenta. Mas, ainda se tem um baixo quantitativo de usuários com deficiência, porém o público pequeno com deficiência frequenta assiduamente.* É possível perceber com isso, que este público ainda que em baixo quantitativo, vai até a Biblioteca Central com constância, logo, o espaço tem atendido as necessidades desses usuários. A pouca quantidade de pessoas com deficiência a frequentar o espaço da Biblioteca exhibe a atenção que as gestoras devem ter se os recursos disponibilizados estão sendo suficientes para atender a todos, assim Diniz et al. (2021, p. 120) explicitam que “[...] é válida a afirmação sobre o conhecimento de instrumentos de avaliação para atender seus usuários com deficiência.” Além disso, Fialho e Silva (2012) destacam a importância de não somente a biblioteca estar acessível, mas também o seu entorno, isso porque para utilizar o espaço da biblioteca a pessoa com deficiência precisa se deslocar até a mesma e as barreiras encontradas na trajetória validam a dificuldade de locomoção até este espaço.

Na **questão 04**, foi questionado às bibliotecárias e gestoras de que forma se pensa, planeja e executa a gestão da acessibilidade na Biblioteca Central da UFMA. Através da resposta obtida pela *Gestora A*: - *Através da adequação dos espaços, atendimento personalizado à pessoa com deficiência,* nota-se que há uma preocupação com a acessibilidade da pessoa com deficiência no planejamento da Biblioteca, no entanto, no setor de acessibilidade da instituição por meio da resposta obtida pela *Gestora B*, observa-se uma preocupação maior em incluir o usuário na gestão do espaço e a partir daí, levantar as reais necessidades dos mesmos: - *A gestão prima pela participação dos próprios usuários com deficiência, portanto as demandas levantadas por eles são essenciais no planejamento execução dos serviços da biblioteca.* Percebe-se portanto, que a escuta é algo primordial quando pensa-se no planejamento e gestão da acessibilidade no espaço da Biblioteca pela *Gestora B*, o que sem dúvidas promove a disseminação da informação de uma forma muito mais eficiente e eficaz, já que “a informação é vista como uma necessidade fundamental do ser humano e para supri-la

deve-se atender às necessidades de todos os alunos, inclusive os alunos com deficiência”. (Stroparo, 2014, p. 57).

Quando indagado às gestoras sobre o que se tem feito na esfera da Biblioteca Central da UFMA no que tange a proporcionar espaços físicos acessíveis através da **questão 05**, foram alcançadas as seguintes afirmativas: *Gestora A - Adequação dos espaços, atendimento personalizado à pessoa com deficiência, sala de estudo individual exclusiva às pessoas com deficiência. Gestora B - Nós temos duas salas disponíveis para usuários com deficiência, balcão rebaixado, espaçamento entre as estantes, computadores do laboratório de informática reservado para usuários com deficiência. Com a construção do novo prédio da biblioteca teremos um espaço maior e com mais recursos acessíveis.* Pelas respostas das gestoras, percebe-se que há certos espaços acessíveis, porém, é fundamental observar se toda a Biblioteca está acessível, não com apenas alguns locais inclusivos, mas a estrutura física em sua totalidade preparada para receber todas as pessoas com deficiência. É dito pela Gestora B, que há a expectativa do novo prédio da Biblioteca Central disponibilizar a acessibilidade às pessoas com deficiência de forma mais completa, cabe então as gestoras acompanhar os trabalhos que vêm sendo realizados e buscar formas de tornar o ambiente acolhedor e inclusivo, em observância a uma das principais normas que tratam do assunto, a NBR 9050.

Foi questionado também a respeito do que há na Biblioteca com relação à acervo inclusivo e tecnologias assistivas nas **questões 06 e 07** respectivamente. Acerca do acervo inclusivo da Biblioteca, foi dito pelas gestoras que há alguns materiais, mas em quantidade insuficiente para atender aos usuários com deficiência: - *Sim. (Gestora A).* – *Sim. Ainda é uma quantia insuficiente, mas temos livros em braile, letras ampliadas, DVD’s, CD’s, E-Books, monografias, dissertações e teses em pdfs. (Gestora B).* Infere-se que a Biblioteca ainda não se encontra totalmente preparada para disseminar o conhecimento ali presente a todos, porém, quando afirmado que há quantidade insuficiente demonstra que a gestora tem consciência que a Biblioteca necessita de melhorias e isto já expressa um possível caminho de mudanças. No tocante às tecnologias assistivas, observa-se que não há muitos tipos destas ferramentas sendo disponibilizadas: - *Sim. Lupa eletrônica e o NVDA. (Gestora A).* - *Sim. Lupas eletrônicas, computadores com programas Vlibras, NVDA. (Gestora B).* Dessa forma, verifica-se que a quantidade tanto de acervo quanto de tecnologias que visam proporcionar inclusão às pessoas com deficiência ainda é baixa, o que desponta possíveis barreiras para esses usuários, assim é necessário que “[...] os gestores das bibliotecas, sejam elas de qualquer modalidade [...] coloquem a acessibilidade como ponto fundamental no planejamento dos serviços bibliotecários”. (Santa Anna, 2021, p. 36).

A **questão 08** levanta o seguinte questionamento às gestoras: Como é trabalhado a acessibilidade atitudinal na Biblioteca Central? Na sua opinião, os bibliotecários e auxiliares estão preparados para atender os estudantes com deficiência? A resposta da Gestora A foi a seguinte: - *Estamos sempre dispostos a aprender, mas ainda encontramos barreiras. Já a Gestora B afirmou que: - Sim. É realizado palestra, participações em cursos, trabalhos de dissertações de bibliotecários sobre acessibilidade. Mas ainda há necessidade de capacitação para a maioria dos profissionais da biblioteca para atender melhor os usuários com deficiência.* Pode-se perceber que há certo incentivo e são realizadas atividades na busca da capacitação para um atendimento adequado às pessoas com deficiência na Biblioteca, todavia nota-se também que os profissionais da Biblioteca não se encontram devidamente preparados e isso pode acarretar em barreiras de comunicação entre bibliotecário e usuário, comprometendo a satisfação dos anseios informacionais desse usuário com deficiência.

Desse modo, de acordo com Costa (2015, p. 16) “para que ocorra a inclusão e a acessibilidade nas bibliotecas universitárias brasileiras, é preciso que o bibliotecário visualize que estes aspectos dizem respeito a sua atuação profissional”. Dessa maneira, é fundamental aos gestores das bibliotecas a busca pela educação continuada a fim de se capacitarem profissionalmente para atender qualquer usuário que adentre o ambiente da biblioteca, bem como procurem engajar nessa busca outros profissionais que estejam ali atuando. Concorda com isso Ribeiro (2021), ao afirmar que o Bibliotecário enquanto um profissional mediador da informação, ou seja, que promove um elo de ligação entre usuário e o conhecimento por ele almejado, deve se capacitar a fim de buscar a aptidão necessária para um atendimento que respeite as especificidades de cada indivíduo.

A **questão 09** indaga às gestoras sobre quais ações a Biblioteca Central tem tomado para divulgar seus produtos, serviços, atividades e recursos acessíveis disponíveis em seu espaço. Pelas respostas obtidas, observa-se que a Biblioteca dispõe de alguns meios para tal finalidade, como as redes sociais, e-mail próprio do setor de acessibilidade, além de palestras, parcerias e campanhas relacionadas ao tema. Gestora A - *Através de divulgação no Instagram, criação de e-mail específico para o setor de acessibilidade, campanhas relativas às pessoas com deficiência, com exposição de materiais informacionais que versam sobre o tema.* Gestora B - *Através de treinamentos, divulgação de conteúdos sobre acessibilidade nas redes sociais da DIB, exposição na biblioteca, palestras e parcerias com os departamentos dos cursos de graduação.*

Por fim, na **questão 10** é questionado às bibliotecárias e gestoras, como elas avaliam a gestão da acessibilidade na Biblioteca Central da UFMA e se há algo que precise ser melhorado

nesse sentido. Obteve-se as seguintes afirmativas: *Gestora A - Média. Ela precisa ser melhorada em vários aspectos. Gestora B - Já se observa melhorias na biblioteca, como: o valor da representatividade do profissional com deficiência, a participação dos usuários com deficiência com sugestões de melhorias, parceria com a Daces e grupos de pesquisa do curso biblioteconomia. Mas ainda é necessário ações para sanar as barreiras existentes, como: arquitetônica, instrumental, atitudinal e acervo físico e digital acessíveis para suprir as demandas dos usuários com deficiência.* Observa-se por intermédio das respostas das gestoras, que a gestão da acessibilidade na referida Biblioteca ainda precisa de muitas ações para que possa satisfatoriamente atender as demandas das pessoas com deficiência que buscam por seus produtos e serviços. A Gestora A confirma que muitos aspectos dessa gestão precisam ser melhorados, avaliando a mesma como “média”. A Gestora B comunica que apesar das lacunas existentes para uma gestão da acessibilidade eficiente e eficaz, já se observa melhorias no espaço, como parcerias com grupos de estudo e a procura por incluir os usuários com deficiência no planejamento da gestão, visando entender as suas necessidades.

Um ponto bastante interessante na resposta da Gestora B, diz respeito a representatividade do profissional com deficiência; infere-se que este aspecto é de notável importância para a gestão, pois transmite essa representatividade aos usuários com deficiência, além de proporcionar uma maior sensibilidade tendo a participação do profissional no planejamento dessa gestão.

Cabe destacar também a consciência das gestoras sobre a realidade da mesma, que ainda requer diversas ações e melhorias, e este já se torna um fator para reflexão quanto às mudanças necessárias para se implantar de fato uma Biblioteca acessível, “[...] o desafio de garantir a cada um o direito de usufruir do conhecimento se apresenta como um processo contínuo e em constantes mudanças”. (Diniz et al., 2021, p. 122-123). A Resolução 2.858-CONSEPE, de 21 de março de 2023, em seu Artigo 28, Inciso IV, confirma que a Biblioteca deve propiciar a acessibilidade: “[...] tanto no espaço físico, quanto no digital, com a finalidade de tornar disponíveis os seus serviços e produtos a todos os usuários, levando em consideração as características de cada um para que a informação seja disseminada de forma democrática e acessível.” (Universidade Federal do Maranhão, 2023, p. 12). Ou seja, se faz necessária uma gestão que busque o mais rápido possível cumprir com a promoção da inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da Biblioteca.

5.2 Estudantes com deficiência: Concepção da gestão acessível da Biblioteca Central

Em relação à concepção dos estudantes com deficiência no que tange à gestão da acessibilidade da Biblioteca Central, foram obtidas 10,53% de respostas de um total de 57 alunos. As respostas referem-se ao questionário aplicado aos discentes lotados no Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, onde buscou-se perceber que perspectivas os mesmos possuem desta gestão. As indagações feitas das questões 01 a 06 procuram traçar o perfil dos estudantes bem como saber a frequência destes à Biblioteca Central, já as questões de 07 a 12 buscam entender o ponto de vista dos discentes relacionado a espaços físicos, acervo, tecnologias assistivas, atendimento adequado, dentre outros aspectos.

Na **questão 01**, relativa ao gênero dos discentes, constatou-se que 66,7% dos respondentes são do público masculino, enquanto que 33,3% pertencem ao público feminino. No tocante à faixa etária, as respostas obtidas na **questão 02** foram as seguintes: 50% dos estudantes possuem entre 18 a 30 anos; 16,7% possuem entre 30 a 40 anos; 16,7% entre 40 a 50 anos; e 16,7% acima dos 50 anos.

A **questão 03** buscou conhecer a deficiência de cada estudante que respondeu ao questionário aplicado, assim têm-se as seguintes afirmativas: *Respondente A – Deficiência física; Respondente B – Física; Respondente C – Física; Respondente D – Deficiência motora; Respondente E – Paralisia cerebral da parte esquerda - Deficiência física; Respondente F – Visual 60%*. A **questão 04** por sua vez, indaga aos discentes em que curso de graduação eles se encontram matriculados: *Respondente A – Comunicação Social - Jornalismo; Respondente B – Comunicação Social – Jornalismo; Respondente C – Ciências Econômicas; Respondente D – Biblioteconomia; Respondente E – UFMA; Respondente F – Ciências Contábeis*.

Posteriormente, buscou-se saber o período em que os alunos estão nos devidos cursos de graduação em que se encontram matriculados. Assim, conforme os dados da **questão 05**, pode-se informar que 33,3% estão no 2º período; 33,3% estão no 3º período; e os outros 33,3% disseram estar no 8º período. Já a **questão 06** investiga a frequência com que os estudantes com deficiência se deslocam até a Biblioteca Central para utilizar os produtos e serviços ali disponíveis, assim sendo, os alunos afirmaram que: 50% se deslocam semestralmente; 33,3% disseram frequentar o espaço mensalmente; e 16,7% disseram se dirigir à Biblioteca semanalmente.

As questões que possuem dados estatísticos referentes ao perfil dos discentes, bem como a frequência destes à Biblioteca, sendo elas: **questão 01** (gênero dos respondentes), **questão 02** (faixa etária dos respondentes), **questão 05** (período acadêmico em que se encontram os

respondentes) e *questão 06* (frequência dos respondentes à Biblioteca Central), podem ser melhor visualizadas na tabela abaixo:

Tabela 1 – Dados relativos ao perfil dos respondentes e frequência à Biblioteca Central

Percentual de estudantes	
Gênero	
Masculino	66,7%
Feminino	33,3%
Faixa etária	
18 a 30 anos	50,0%
30 a 40 anos	16,7%
40 a 50 anos	16,7%
Acima de 50 anos	16,7%
Período Acadêmico	
1°	-
2°	33,3%
3°	33,3%
4°	-
5°	-
6°	-
7°	-
8°	33,3%
9°	-
10°	-
Misto	-
Frequência à Biblioteca	
Semanalmente	16,7%
Quinzenalmente	-
Mensalmente	33,3%
Semestralmente	50,0%

Fonte: Adaptado pelo autor com base no questionário do *Google Forms* (2023)

A *questão 07* averigua junto aos alunos com deficiência se são encontrados obstáculos de locomoção dentro da universidade para se chegar à Biblioteca Central: *Respondente A – Não; Respondente B – Sim; Respondente C - Poucos obstáculos; Respondente D - Sim, não tem rampas para os alunos com deficiência física; Respondente E – Sim; Respondente F – Sim.* Nota-se que houve quase unanimidade na afirmação de que há barreiras de locomoção dentro da universidade; um dos estudantes, afirma que para ele há “poucos obstáculos”, mas ainda que em pequena quantidade, esses entraves terminam por dificultar de alguma forma sua mobilidade no câmpus. Outro discente afirma ainda que praticamente não encontra rampas no espaço da universidade, isso acarreta também em problemas de mobilidade, que complexificam sua autonomia de locomoção dentro deste espaço.

Observa-se com isso, que a universidade ainda não está plenamente acessível às pessoas com deficiência que tentam se locomover por seus ambientes e isto se torna um problema porque impede o livre acesso de ir e vir, além de afastar em muitos casos, estes estudantes do ensino superior formando um abismo entre universidade e aluno, pois não encontram acolhimento e independência para conquistarem sua formação acadêmica. Stroparo (2014, p. 41), corrobora com este entendimento ao afirmar que “a universidade tem papel fundamental na busca da inclusão e da acessibilidade, oferecendo oportunidade de autonomia, liberdade e possibilidade de ir e vir para todos”. Ademais, acrescenta que é crucial proporcionar a entrada e permanência do discente com deficiência no ensino superior tendo a consciência da igualdade e cidadania, e não como assistencialismo.

Na *questão 08* é indagado aos estudantes se há a existência de espaços acessíveis na Biblioteca Central da UFMA. As respostas foram as seguintes: *Respondente A - Sim. Não há qualquer empecilho à minha movimentação dentro da biblioteca; Respondente B - São acessíveis. Não encontro dificuldade na biblioteca, nem para alcançar livros mais distantes na estante; Respondente C - Razoavelmente sim; Respondente D - Ainda pode ser mais adequado; Respondente E – Não; Respondente F - Pra ser sincera, nunca fui a biblioteca pois nunca ninguém me levou lá.* Como observado, a Biblioteca tem avançado no sentido de propiciar a acessibilidade e inclusão em seus ambientes físicos, porém mais avanços precisam ser realizados visto que alguns respondentes disseram encontrar ainda um espaço com barreiras já que pelas palavras do respondente D por exemplo, a Biblioteca ainda pode ser um local mais adequado. O respondente E afirma que não há ambientes acessíveis na referida unidade de informação, isso comprova a existência de entraves que de alguma forma o impossibilitam de utilizar o espaço com autonomia.

A resposta da respondente F chama a atenção, pois comunica que nunca foi à Biblioteca devido a falta de alguém que a levasse ao local. Isso revela a existência de possíveis barreiras que a impeçam de se deslocar até a Biblioteca ou até mesmo a falta de visibilidade da mesma dentro da universidade que a despertaram para utilizar seus produtos e serviços. Assim, “para atender satisfatoriamente a esses usuários, é importante que as bibliotecas superem os obstáculos que dificultam o atendimento a esse público”. (Ferreira, 2018, p. 35). Entre estes obstáculos, estão as barreiras físicas, que dificultam ou mesmo bloqueiam a acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas.

É perguntado também aos alunos se eles notam a existência de acervos acessíveis e tecnologias assistivas na Biblioteca, e o que identificam nesse sentido: *Respondente A - As categorias de livros escritos em braille e o computador com acessibilidade para deficientes visuais. No mais, não sou capaz de opinar; Respondente B - Não identifiquei, ainda que acredite que, de fato, tenha; Respondente C - Não observei ainda; Respondente D - Para mim a Ufma está no caminho certo, precisamos nos adequar ainda mais para ter mais espaço para todas as pessoas com deficiências; Respondente E - Não; Respondente F - Não sei te dizer, mas alguns colegas já me disseram que não há muitos áudios livros disponíveis.* Pelas afirmativas dos respondentes na **questão 09**, observa-se que quase todos não tem conhecimento de acervos acessíveis e tecnologias assistivas no espaço da Biblioteca, apesar de existir a identificação de alguns tipos. Pode-se inferir com isso, que existe ainda pouca oferta dessas categorias para suprir a demanda dos usuários com deficiência que adentram a unidade de informação. Diniz et al. (2021) revela que a falta de investimento ou mesmo de conhecimento da diversidade de acervos acessíveis por exemplo, podem ajudar a justificar a baixa quantidade destes materiais nas bibliotecas. Costa (2023), afirma que as tecnologias assistivas podem se fazer necessárias ao longo de toda a vida da pessoa com deficiência quando esta realiza suas atividades cotidianas, por isso se tornam ferramentas de inclusão e dessa forma, devem estar presentes nas bibliotecas.

A **questão 10** levanta a seguinte indagação aos estudantes: Você encontra um atendimento adequado na Biblioteca? Você considera os bibliotecários e auxiliares preparados para atender os estudantes com deficiência? Comente sobre. Obteve-se como respostas dos mesmos: *Respondente A - O atendimento comigo foi adequado e acredito que estão preparados para atender os estudantes com deficiência, ainda que não tenha visto PCD's sendo atendidos por eles além de mim; Respondente B - Em minhas experiências com os funcionários nada incorreto ou discriminatório ocorreu; Respondente C - Sim, nas vezes que me desloquei, obtive um atendimento adequado; Respondente D - sim, este atendimento é de qualidade e muito*

respeito; Respondente E – Não; Respondente F - Não sei. Pode-se observar que grande parte dos respondentes avaliaram positivamente o atendimento que receberam dos profissionais da Biblioteca Central, revelando que estes profissionais se encontram minimamente capacitados para atender os discentes com deficiência.

Nota-se através da afirmativa do respondente D por exemplo, que algumas barreiras atitudinais já foram reduzidas, como comportamentos preconceituosos, no entanto cabe destacar que o respondente E afirmou que os bibliotecários e auxiliares não estão aptos a realizar um atendimento adequado; essa afirmativa corrobora com o entendimento de que se faz necessária ainda a educação continuada, assim Costa (2015, p. 18) enfatiza “[...] ao profissional bibliotecário a importância e necessidade de dar atenção para sua educação continuada, de forma que ele adquira conhecimentos para atender uma gama de usuários”. A autora supracitada evidencia que ainda são muito generalistas as escolas de Biblioteconomia, por isso a importância de uma educação continuada. Ferreira (2018) confirma esta ideia ao elucidar que “A superação das barreiras atitudinais é um grande desafio aos bibliotecários, pois, envolve habilidades sociais pouco exploradas na graduação”. À vista disso, é dito pela autora que urge o bibliotecário buscar especializações de modo que sejam atenuadas possíveis lacunas deixadas em sua formação acadêmica.

Na **questão 11** perguntou-se aos alunos se na percepção deles, há a divulgação dos produtos, serviços, atividades e recursos acessíveis da Biblioteca, e para comentarem sobre. De acordo com as respostas, há pouco ou nenhum conhecimento da divulgação dos aspectos mencionados relacionados à acessibilidade na Biblioteca Central da UFMA: *Respondente A - Não sei; Respondente B - Não sei; Respondente C – Sim; Respondente D - precisa melhorar mais um pouco; Respondente E - Não há uma conduta nessa percepção; Respondente F - Tenho a convicção que não há muitos recursos para acesso a áudios livros.* Desse modo, entende-se que cabe à Biblioteca refletir se todo o marketing destes aspectos citados tem sido suficiente para os discentes terem a noção do que há de disponível de obras acessíveis, tecnologias assistivas, entre outras questões, no espaço da unidade de informação.

Já quando interrogado aos discentes na **questão 12**, que percepção os mesmos têm da gestão da acessibilidade na Biblioteca estudada, obteve-se as seguintes respostas: *Respondente A – Qualificada; Respondente B - Creio que conduzem satisfatoriamente a biblioteca; Respondente C - Precisa de melhoria, mas tem atendido dentro do possível; Respondente D - muito boa, uma gestão de qualidade e de muito respeito com as pessoas com deficientes, ótimos profissionais de qualidade que a Ufma tem na biblioteca central e esperamos que com entrega da biblioteca setorial poderemos ter mais e melhores profissionais de qualidade para entregar*

com força total a questão da qualidades de vida das pessoas com deficiência; Respondente E – Fraco; Respondente F - Não sei. Pode-se observar que a maior parte dos respondentes avaliou a gestão da Biblioteca Central como satisfatória, ou seja, tem atendido dentro do possível a estes usuários com relação à utilização de seu espaço, porém necessita de melhorias, como declara o respondente C por exemplo. O respondente E considerou a gestão fraca, levando a entender que a Biblioteca se encontra ainda pouco acessível às pessoas com deficiência. Nota-se também, pelas palavras do respondente D, que os profissionais têm papel fundamental na efetivação de uma biblioteca inclusiva, por isso cabe reflexão aos gestores que se encontram a frente da Biblioteca Central sobre medidas que fomentem plenamente a acessibilidade no local, já que segundo Stroparo (2014, p. 68) “coloca-se às bibliotecas universitárias o desafio de garantir acessibilidade a todos os alunos, oferecendo serviços e apoios em formato compatível com seus interesses e exigências”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a problemática que levou a este estudo: Como a Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão tem realizado a sua gestão no âmbito da acessibilidade, pensando-se em proporcionar um espaço inclusivo às pessoas com deficiência? Foi pensado o seguinte objetivo geral para desenvolvimento da pesquisa: Estudar acessibilidade no contexto da gestão das bibliotecas universitárias na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão. Além dos seguintes objetivos específicos para um delineamento mais detalhado da pesquisa proposta: a) Analisar a acessibilidade como prática de gestão em bibliotecas universitárias; b) Identificar as ações realizadas na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão sobre suas práticas de gestão da acessibilidade; c) Apresentar as práticas de gestão da acessibilidade no espaço da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão.

Diante disso, pode-se dizer que conseguiu-se alcançar o que se esperava do estudo, levando em conta a problemática e os objetivos apontados; desse modo, traçando-se um paralelo entre o que foi dito pelas gestoras e o que foi dito pelos estudantes com deficiência no que concerne à gestão da acessibilidade na Biblioteca Central da UFMA, é possível visualizar que a unidade de informação ainda precisa melhorar diversos aspectos para a promoção plena de um ambiente inclusivo, porém é nítido pelas afirmações de alguns discentes que a Biblioteca tem atendido, ainda que minimamente, as suas demandas ao utilizarem o espaço.

No que tange às instalações físicas, as gestoras disseram buscar espaços cada vez mais adequados e deram exemplos de alguns locais com certa acessibilidade na Biblioteca, como: balcão rebaixado e espaçamento entre as estantes. Alguns alunos por sua vez disseram que não encontram barreiras de cunho físico no ambiente, porém outros já disseram que nesse quesito o espaço é razoável e que pode melhorar, outro respondente afirmou que não considera a Biblioteca arquitetonicamente acessível. Isso revela então que fisicamente o espaço ainda possui barreiras e não se encontra plenamente acessível a todas as pessoas com deficiência. Além do mais, pôde-se notar que a universidade também não se encontra acessível, visto que praticamente todos os respondentes afirmaram encontrar barreiras para se locomover até a Biblioteca.

Já com relação às tecnologias assistivas e acervo acessível, as gestoras mencionaram alguns tipos desses materiais que se encontram na Biblioteca. O que se observa é que ainda há pouca variedade, visto a grande diversidade existente desses recursos, uma das gestoras por exemplo, declara que se tem uma quantia insuficiente para atender a todas as pessoas com deficiência; além disso, o pouco ou a falta de conhecimento dos discentes a respeito da

existência desses recursos no espaço da BU, também remete à pouca oferta que há na Biblioteca.

No âmbito atitudinal da gestão da acessibilidade na BU, foi observado que os profissionais da Biblioteca ainda não estão totalmente preparados para atender às pessoas com deficiência e que ainda encontram barreiras para tal. Apesar disso, boa parte das respostas dos alunos avaliou positivamente o atendimento desses profissionais. Isso revela que os bibliotecários e auxiliares têm se mostrado receptivos na busca pela acessibilidade atitudinal, já que pela afirmativa de uma das gestoras, têm sido realizadas participações em cursos e palestras, por exemplo. Também houve uma avaliação negativa por parte de um discente, demonstrando que ainda existem barreiras comunicacionais entre bibliotecário/estudante, embora já haja certa consciência dos profissionais sobre essa questão e alguns entraves estarem sendo superados.

Sobre a divulgação dos produtos, serviços, atividades e recursos acessíveis disponíveis na BU, as gestoras disseram que o marketing é feito através das redes sociais da DIB, de campanhas, exposições, palestras, parcerias e há também um e-mail específico para o setor de acessibilidade da unidade de informação. O que é revelado pelas respostas dos alunos, é que não há muito conhecimento deles a respeito de toda essa divulgação que vem sendo realizada, já que boa parte afirmou não saber da mesma. Um dos respondentes, entretanto, afirmou ter conhecimento da divulgação, porém precisa melhorar. Avaliar a alcançabilidade que está tendo esse marketing e pensar em estratégias para que o mesmo possa chegar aos estudantes com deficiência, torna-se fundamental desse modo.

Foi possível notar no momento de avaliação da gestão da acessibilidade na BU, que esta se encontra ainda com falhas. Pelas respostas das bibliotecárias gestoras e dos discentes ao longo do questionário, percebe-se que apesar dos avanços, ainda se verifica a pouca diversidade de tecnologias assistivas e de um acervo acessível, barreiras físicas e comunicacionais, além de uma divulgação que não tem alcançado totalmente os estudantes com deficiência. O que se compreende disto, é que a Biblioteca ainda não pode ser de fato denominada como um espaço inclusivo, considerando que a acessibilidade no âmbito das pessoas com deficiência não está até o momento efetivada plenamente. Perante o exposto, Ribeiro (2021), afirma que as bibliotecas devem procurar estratégias que viabilizem a inclusão da pessoa com deficiência em seus espaços, para tanto, melhorias na estrutura física e maior quantitativo de ferramentas acessíveis a título de exemplo, tornam-se medidas necessárias segundo a autora supracitada.

Apesar disso, nota-se que há a consciência por parte das gestoras que muitas ações ainda precisam ser pensadas e colocadas em prática para que o espaço possa ser acessível a todos,

este já é um primeiro passo para mudanças, no entanto, as transformações só ocorrerão realmente quando os gestores das bibliotecas tiverem um pensamento voltado para a inclusão, isto é, que todos os espaços, produtos, serviços e atividades de suas unidades de informação estejam preparadas para atender todos os usuários que delas necessitarem para satisfação de seus anseios informacionais.

Espera-se dessa forma, que o estudo abra caminhos para mudanças na Biblioteca Central com relação à acessibilidade da pessoa com deficiência através do despertar para uma consciência mais inclusiva. Espera-se também que novos estudos possam ser desenvolvidos no âmbito da BU, de modo a contribuir para que as transformações aconteçam verdadeiramente, não somente com algumas adequações, mas com um espaço inclusivo em sua totalidade. E com a perspectiva do novo prédio da Biblioteca, espera-se que este já esteja sendo tendo em suas bases a inclusão dos usuários com deficiência se faça presente. É uma demanda que depende em muito, de mudanças culturais, questões atitudinais, principalmente dos gestores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia Valéria; OLIVEIRA, Magali Araújo Damasceno de. Gestão de unidades de informação: o bibliotecário como gestor e líder. **Bibliocanto**, Natal, v. 2, n. 1, p. 70-82, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/9625/7783>. Acesso em: 16 ago. 2022.

AMARAL, Lydes Teles Souza do. **Expectativa sobre a formação acadêmica e o mercado de trabalho dos ingressantes no curso de Biblioteconomia da UFRN**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/39846/3/ExpectativaSobreAFormacao_Amaral_2015.pdf. Acesso em: 2 out. 2023.

ASSIS, Célia Costa; MAIA, Luiz Cláudio Gomes. Análise do perfil de liderança do bibliotecário gestor na cidade de Goiânia-GO. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 185-205, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45678>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15999**: acessibilidade - comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBR15999.pdf. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Organizado por Niusarete Margarida de Lima. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. Disponível em: http://www.crfsp.org.br/phocadownload/acessibilidade-compilado_de_legislacoes.pdf. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm#:~:text=D3956&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.956%2C%20DE%208,as%20Pessoas%20Portadoras%20de%20Defici%C3%Aancia. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.882, de 3 de dezembro de 2021. Regulamenta o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10882.htm. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

CORRÊA, Priscila Moreira. Acessibilidade: conceitos e formas de garantia. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 15, n. 1, p. 171-172, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/qSWZwLwt63QkXHLJjtK5h6c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2023.

COSTA, Eliziane Barbosa. **Propriedade intelectual para a comunidade acadêmica**: material didático com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual. 2023. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/4944/2/ELIZIENEBARBOSACOSTA.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

COSTA, Michelle Karina Assunção. **Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias**: a formação e atuação do bibliotecário. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBDA8SHQ3/1/michelle_karina_assun_o_costa.pdf. Acesso em: 2 out. 2023.

COSTA, Michelle Karina Assunção; MOREIRA, César dos Santos; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Acessibilidade em Bibliotecas, no horizonte da Agenda 2030: reflexões necessárias. **folha de rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 3, p. 86-113, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/676/584>. Acesso em: 4 jul. 2022.

COUTINHO, Johny Franklins Pereira. **Padrões de acessibilidade para bibliotecas universitárias**: um estudo na Biblioteca da UNIPBFPB. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2470/1/JFPC28092017.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

COUTO, Walter Eler do et al. **Guia para bibliotecas**: direitos autorais e acesso ao conhecimento, informação e cultura. São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6214>. Acesso em: 4 jul. 2022.

DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia Cordeiro. Bibliotecas universitárias em busca de acessibilidade programática: quebra de barreiras (in) visíveis nas políticas de formação e desenvolvimentos de coleções no Brasil e em Portugal. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 9., 2019, São Luís. **Anais** [...]. São Luís, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_7777775cc5f3c7384a7.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

DINIZ, Isabel Cristina dos Santos. **Bibliotecas universitárias inclusivas brasileiras e portuguesas: ações e estratégias**. 2019. Tese (Doutorado em Multimídia em Educação) - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2019. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/27632/1/Documento.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

DINIZ, Isabel Cristina dos Santos et al. Gestão de bibliotecas universitárias inclusivas ludovicenses. *In: SANTA ANNA*, Jorge; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira da; DANTAS, Samuel de Carvalho Alves. (org.). **Acessibilidade em bibliotecas: ações inclusivas**. Belo Horizonte: ABMG, 2021.

FERREIRA, Vanessa Thalyane Pereira. **O uso de softwares de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais da região Nordeste do Brasil**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/4068/1/Vanessa%20Thalyane%20P.F..pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FIALHO, Janaina; SILVA, Daiane de Oliveira. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 17, n. 1, p.153-168, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/NCgS7GYyvJgzYFNcBp6fB5c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2022.

FONSECA, Cintia Cibele Ramos; GOMES, Gicele Farias; VANZ, Samile Andréa de Souza. Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso. **UFGRS**, Porto Alegre, p. 2795-2805, set. 2012. Trabalho apresentado no 17º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2012, [Porto Alegre, RS]. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/61049>. Acesso em: 20 set. 2022.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Conheça 7 tipos de acessibilidade para tornar nossa sociedade mais inclusiva**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://fundacaodorina.org.br/blog/sete-tipos-de-acessibilidade/#:~:text=Acessibilidade%20natural,uma%20cal%C3%A7ada%20repleta%20de%20%C3%A1rvores>. Acesso em: 12 dez. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>. Acesso em: 9 out. 2023.

MATOS, Erika Jordana Serra. **Bibliotecário de referência e acessibilidade atitudinal na Biblioteca Central da UFMA**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/4775/1/ERIKAJORDANA.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MELO, Amanda Meincke; PUPO, Deise Tallarico. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: livro acessível e informática acessível**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43216/1/2010_liv_ammelo.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

MELO, Érica Simony Fernandes de. Formação de acervos acessíveis em bibliotecas universitárias: o caso da Biblioteca Central Zila Mamede. **BiblioCanto**, Natal, v. 1, n. 1, p. 31-44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/8331/6287>. Acesso em: 20 set. 2022.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de. **Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias: o caso da UNIRIO**. 2015. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgb/arquivo/Dissertacao%20Sulamita%20Miranda.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de. Acessibilidade em bibliotecas: de Ranganathan à Agenda 2030. **Revista Brasileira De Biblioteconomia e Documentação**, Fortaleza, p. 1669-1683, out. 2017. Trabalho apresentado no 27º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 2017, [Fortaleza, CE]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/846/902>. Acesso em: 4 jul. 2022.

MORAIS, Alessandra Márcia Bueno Soares; TELES, Fabio Luis. Gestão de biblioteca na universidade: desafios para o gestor. **Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues**, [s. l.], ano 1, p. 35-38, 2013. Disponível em: <https://faculadefar.edu.br/arquivos/revista-publicacao/files-9-0.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

NEVES, Roberta Dannemann Vargas. A biblioteca universitária e a inclusão de pessoas com deficiência. In: SANTA ANNA, Jorge; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira da; DANTAS, Samuel de Carvalho Alves. (org.). **Acessibilidade em bibliotecas: ações inclusivas**. Belo Horizonte: ABMG, 2021.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; PONTE, Vera Maria Rodrigues; BARBOSA, João Victor Barbosa. Metodologias de pesquisa adotadas nos estudos sobre balanced scorecard. In: Congresso Brasileiro de Custos, 13., 2006, Belo Horizonte, MG. **Anais** [...] Belo Horizonte, MG, p. 7-8. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1701>. Acesso em: 9 out. 2023.

PEREIRA, Clarisse Agostini et al. Por uma BU acessível: experiências para implementação da acessibilidade em uma biblioteca universitária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e**

Documentação, São Paulo, v. 16, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1446/1237>. Acesso em: 2 out. 2023.

PINHEIRO, Alejandro de Campos. Os recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras. *In*: SANTA ANNA, Jorge; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira da; DANTAS, Samuel de Carvalho Alves. (org.). **Acessibilidade em bibliotecas: ações inclusivas**. Belo Horizonte: ABMG, 2021.

PONTE, Aline Sarturi; SILVA, Lucielem Chequim da. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/851/607>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PORTAL CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sancionada lei que classifica visão monocular como deficiência visual**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/738508-sancionada-lei-que-classifica-visao-monocular-como-deficiencia-visual/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 9 out. 2023.

REIS, Marivaldina Bulcão. **Biblioteca universitária pública e a disseminação da informação**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7932/1/Disserta%20a7%20a3o%20completissima.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

RIBEIRO, Larissa Verônica Moreira. **Tecnologias assistivas e digitais no atendimento de usuários com deficiência visual na Biblioteca Central da UFMA: o direito à acessibilidade**. 2021. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/3559/2/LarissaVer%20c3%b4nica.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

RIBEIRO, Tatiana de Sousa. **Acessibilidade em bibliotecas universitárias: um estudo de caso com usuários com deficiência visual (cegos e com baixa visão)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Tecnologias da Informação Aplicadas à Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13349/1/TSRibeiro.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **O direito da pessoa com deficiência: marcos internacionais**. [São Paulo]: UNESP, 2014. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155248/1/unesp-nead_ree1_ee_d02_texto01.pdf. Acesso em: 4 jul. 2022.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira. Incluir para emancipar: bibliotecas e acessibilidade para pessoas com deficiência em ambientes informacionais digitais. *In*: SANTA ANNA, Jorge; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira da; DANTAS, Samuel de Carvalho Alves. (org.). **Acessibilidade em bibliotecas: ações inclusivas**. Belo Horizonte: ABMG, 2021.

RUSSO, Luiza; PEREIRA, Luiza Percevallis. Alguns aspectos relevantes para se compreender o processo de inclusão social das pessoas com deficiência. *In*: RUSSO, Luiza; PEREIRA, Luiza Percevallis. **Inclusão educacional, econômica e social das pessoas com deficiência: contribuições do Instituto Paradigma**. [Canoas]: Instituto Paradigma, 2022. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/alguns-aspectos-relevantess-para-se-compreender-o-processo-de-inclusao-social-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SALORT, Shirley Galarça; MACHADO, Marli. Desafios da gestão de bibliotecas universitárias associados ao ponto de vista literário. **UFRGS**, Maceió, p. 1-12, ago. 2011. Trabalho apresentado no 24º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 2011, [Maceió, AL]. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61203/000793268.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SANTA ANNA, Jorge. A biblioteca inclusiva no século XXI e o discurso da acessibilidade: reflexões e apontamentos teóricos. *In*: SANTA ANNA, Jorge; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira da; DANTAS, Samuel de Carvalho Alves. (org.). **Acessibilidade em bibliotecas: ações inclusivas**. Belo Horizonte: ABMG, 2021.

SANTA ANNA, Jorge. A biblioteca universitária e sua intervenção no contexto social: fomentando práticas multifuncionais. **Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 449-469, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8337/9615>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTA ANNA, Jorge; CALMON, Maria Aparecida de Mesquita. O bibliotecário atuante em bibliotecas universitárias no Século XXI: a necessidade de adequação ao moderno Profissional da informação (MIP). **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 49-67, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2127/9516>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTANA, Laíse Lima; BARBOSA, Tiago Alves; RIBEIRO, Valterci. **Orientações sobre recursos e serviços para acessibilidade em bibliotecas: a Tecnologia Assistiva a serviço da inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida**. [S. l.]: [s. n.], [20--?]. Disponível em: https://ufrb.edu.br/bibliotecacetens/phocadownload/ORIENTAES_SOBRE_SERVIOS_DE_TECNOLOGIAS_%20ASSISTIVAS_EM_BIBLIOTECAS_revisado.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 12, p. 1-9, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 15 jun. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Arlete Ferreira da; SPUDEIT, Daniela. **Bibliotecas inclusivas**: o que posso fazer para a inclusão das pessoas com deficiência visual?. São Paulo: ABECIN, 2020. Disponível em: <https://www.santoandre.sp.gov.br/PESQUISA/ebooks/412787.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, Cícero Carlos de Oliveira da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Percepções Sobre Biblioteca Inclusiva. **folha de rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 1, n. 1, p. 30-43, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/5/4>. Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, Elieny Nascimento et al. Gestão de bibliotecas universitárias e a responsabilidade social. UFC, Belo Horizonte, p. 1-14, nov. 2014. Trabalho apresentado no 18º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2014, [Belo Horizonte, MG]. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13175/1/2014_eve_ensilva.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.

SILVA, Fabiano Corrêa Couto da; SCHONS, Claudio Henrique; RADOS, Gregório Jean Varvakis. A gestão de serviços em bibliotecas universitárias: proposta de modelo. **Informação & Informação**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 1- 18, 2006. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1691/1442>. Acesso em: 2 out. 2023.

SILVA, Ilaydiany Cristina Oliveira da; FERNANDES, Tatiana Brandão. Gestão de pessoas em unidades de informação. In: SPUDEIT, Daniela; KROEFF, Marcia Silveira. (org.). **Gestão de unidades de informação**. São Paulo: FEBAB, 2017. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/2/1534/Gestao_de_unidades_de_informacao_-_Spudeit-D_Kroeff-MS_2017.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

SIQUEIRA, Ivana de. Palavras e significados. In: LANNA JÚNIOR, Mário Cleber Martins. (comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; FÜHR, Fabiane. Planejamento em unidades de informação: qualidade em operações de serviços na Biblioteca do SENAC Florianópolis. **Bibliotecas Universitárias: Pesquisas, Experiências e Perspectivas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-49, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3062/1866>. Acesso em: 19 ago. 2022.

STROPARO, Eliane Maria. **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias**: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/35810/R%20-%20D%20-%20>

[%20ELIANE%20MARIA%20STROPARO.pdf?sequence=1&isAllowed=y](#). Acesso em: 2 out. 2023.

TEIXEIRA, Cenidalva Miranda de Souza et al. Tecnologia assistiva no contexto dos cursos de biblioteconomia do Norte e Nordeste do Brasil. **Conjecturas**, [s. l.], v. 21, n. 5, p. 239-250, 2021. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/264/199>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TOSI, Claudina Romero; MORO, Eliane Lourdes da Silva; MASSONI, Luis Fernando Herbert. O bibliotecário e a competência em gestão no planejamento estratégico. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/118773>. Acesso em: 16 ago. 2022.

TRANSFORMANDO Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. [Rio de Janeiro]: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação. **Resolução nº 2.858/2023 de 21 de março de 2023**. Dispõe sobre o atendimento de acessibilidade e inclusão educacional no âmbito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís: Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, 2023. Disponível em: https://portalpadrao.ufma.br/site/noticias/resolucao-no-2-858-consepe-de-21-de-marco-de-2023-publica-retificacao/RESOLUCAO_2858_2023_CONSEPE1.pdf/view. Acesso em: 11 dez. 2023.

VALETIM, Marta Lúcia Pomim. Planejamento em Ambientes de informação. *In*: SPUDEIT, Daniela; KROEFF, Marcia Silveira. (org.). **Gestão de unidades de informação**. São Paulo: FEBAB, 2017. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/2/1534/Gestao_de_unidades_de_informacao_-_Spudeit-D_Kroeff-MS_2017.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

VASCONCELOS, Maria Helena Schneid; SONZA, Andréa Polleto. Escola acessível: um direito de todos. *In*: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 1., 2017, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2017. p. 932-948. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-8/completo-7.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

VIGENTIM, Uilian Donizeti. **Tecnologia Assistiva: analisando espaços de acessibilidade às pessoas com deficiência visual em universidades públicas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/e7c9d9ec-45dc-4dd7-92ef-b5c79f8c3804>. Acesso em: 10 out. 2022.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS GESTORAS

Questionário que objetiva coletar junto à profissionais da Biblioteca Central da UFMA, informações referentes à gestão da acessibilidade neste espaço para fins de desenvolvimento de TCC.

- 1) Qual a sua formação acadêmica (graduação e especialização) e qual cargo exerce na Biblioteca Central da UFMA? *
- 2) O que você entende por acessibilidade no âmbito das pessoas com deficiência? *
- 3) Esse público (pessoas com deficiência) frequenta a Biblioteca Central da UFMA? Qual a periodicidade? *
- 4) Como é pensado, planejado e executado a gestão da acessibilidade na Biblioteca Central da UFMA? *
- 5) O que a Biblioteca Central tem feito para proporcionar um espaço físico adequado (acessibilidade arquitetônica) para as pessoas com deficiência? *
- 6) Existem coleções acessíveis no acervo da Biblioteca Central da UFMA? *
- 7) Existem tecnologias assistivas no espaço da Biblioteca Central da UFMA? Quais os tipos? *
- 8) Como é trabalhado a acessibilidade atitudinal na Biblioteca Central? Na sua opinião, os bibliotecários e auxiliares estão preparados para atender os estudantes com deficiência? *
- 9) Que ações a Biblioteca Central tem desenvolvido para divulgar os seus produtos, serviços, atividades e recursos acessíveis disponíveis em seu espaço? *
- 10) Como você avalia a gestão da acessibilidade na Biblioteca Central da UFMA? Há algo que precise ser melhorado? *

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS DISCENTES

Questionário que visa coletar informações relativas às percepções dos estudantes com deficiência, sobre a gestão da acessibilidade na Biblioteca Central da UFMA.

1) Gênero: *

Feminino

Masculino

2) Faixa etária: *

18 a 30 anos

30 a 40 anos

40 a 50 anos

Acima de 50 anos

3) Qual a sua deficiência? *

4) Em que curso de graduação você se encontra matriculada (o)? *

5) Período: *

1º período

2º período

3º período

4º período

5º período

6º período

7º período

8º período

9º período

10º período

Misto (cursando disciplinas de diferentes períodos)

6) Com que frequência você vai à Biblioteca Central da UFMA? *

Semanalmente

- () Quinzenalmente
- () Mensalmente
- () Semestralmente

7) Você encontra algum obstáculo de locomoção dentro da universidade para chegar à Biblioteca Central? *

8) Para você, os espaços físicos da Biblioteca Central são acessíveis? Comente sobre. *

9) Existem coleções acessíveis e tecnologias assistivas no espaço da Biblioteca? Quais você identifica? *

10) Você encontra um atendimento adequado na Biblioteca? Você considera os bibliotecários e auxiliares preparados para atender os estudantes com deficiência? Comente sobre. *

11) Em sua percepção, há a divulgação dos produtos, serviços, atividades e recursos acessíveis disponíveis na Biblioteca? Comente sobre. *

12) Qual a sua percepção à respeito da gestão da acessibilidade na Biblioteca Central da UFMA? *